

3. Fontes secundárias de recrutamento político

Leôncio Martins Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM. *Mudanças na classe política brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Fontes secundárias de recrutamento político. pp. 51-97. ISBN: 978-85-7982-011-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

3. Fontes secundárias de recrutamento político

Como vimos, a representação parlamentar não reflete, nem de longe, a composição social da sociedade. A variável quantitativa é importante somente entre as profissões e ocupações que qualificam mais adequadamente seus membros para a atividade política, ou seja, quando há conjunção de uma variável quantitativa com outras qualitativas. Há ocupações pouco numerosas no mercado de trabalho, mas que são super-representadas nos organismos políticos. O fator quantitativo desfavorável é compensado por outros que proporcionam certos trunfos para a aquisição do *status* de representante do povo e do vocativo “Vossa Excelência”.¹ Começemos com os profissionais dos meios de comunicação, algumas vezes designados como “comunicadores” pelo tipo de atividade que envolve profissionais da palavra, da escrita e da imagem.

Comunicadores

Depois dos deputados dos quatro grandes grupos de profissões e ocupações de onde veio a maioria dos deputados das duas legislaturas examinadas, seguem-se os deputados que eram jornalistas, radialistas, locutores e apresentadores de TV, isto é, os especialistas da comunicação comercial. Juntos com os advogados, professores, pastores e sindicalistas, formam tipicamente a ala dos profissionais da palavra e da escrita,

¹ Esses meios sócio-profissionais, não será demais lembrar, são uma construção relativamente arbitrária que serve aos objetivos de uma pesquisa e de verificação de uma ou mais hipóteses. Portanto, o número e a natureza desses meios podem variar. Mas não indefinidamente. Os limites de variação e de construção das categorias podem sofrer um processo de aproximação por meio de múltiplas subdivisões que permitem “olhar cada vez mais de perto” cada grupo e subgrupo. Por exemplo: a categoria dos profissionais liberais poderia ser subdividida em advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos, etc. Com algum esforço, seria possível acrescentar subdivisões a essas categorias (advogado trabalhista, por exemplo), além de associá-las a variáveis de outra natureza (por exemplo: advogados trabalhistas recém-formados de São Paulo). No limite, as categorias profissionais podem-se fragmentar até se reduzirem a número mínimo de casos individuais, chegando quase a uma situação em “cada caso é um caso”. Mas, então, a própria noção de meio de recrutamento perderia sentido como fator causal e indicativo de orientações dos sujeitos.

atividades que desenvolvem ou aprimoram a arte da oratória e do convencimento, essencial para a ascensão na política. Além disso, não seria necessário dizer, trata-se de profissões — especialmente as de radialistas e/ou apresentadores de TV — que permitem a popularização rápida e ampla do nome e da imagem no eleitorado.

É fácil imaginar que os custos financeiros das suas campanhas sejam menores. O próprio trabalho profissional serve para tornar o candidato conhecido de um grande número de eleitores potenciais, em especial entre os dos segmentos que habitualmente são menos interessados pelas questões políticas, como os de baixa escolaridade, as donas-de-casa das classes baixas etc. Com a possível exceção dos jornalistas que são de fisionomia menos conhecida, os comunicadores, em virtude da própria atividade profissional, já são pessoas populares, conhecidas dos potenciais eleitores que com eles tendem a estabelecer vínculos de empatia. Entram na competição numa situação de vantagem.

O número de deputados que integrou a categoria de comunicadores na CD não é grande, embora certamente bem elevado se comparado ao número desses profissionais no mercado de trabalho. Trata-se de um subgrupo que variou pouco entre as duas legislaturas: 33 deputados na 51^a e 28 na 52^a, respectivamente 6,4% e 5,5% da CD. O subgrupo dos radialistas e locutores compreendia 14 deputados nas duas legislaturas, entre os quais cinco pastores nas duas legislaturas. Já o número de deputados que foram jornalistas (atividade que não tem o mesmo potencial de popularização proporcionado pelo rádio e pela TV) declinou de 15 para sete.

Além desses casos de locutores, radialistas e proprietários de meios de comunicação, na 51^a Legislatura 24 deputados *declararam* que são donos, sócios ou diretores de estações de rádio ou de canais de TV. Na 52^a Legislatura, o número baixou para vinte. Mas outras pesquisas indicam que o número de canais de TV e de estações de rádio concedidos a políticos é muitas vezes mais elevado. De fato, é um dos grandes instrumentos de barganha do poder Executivo com o poder Legislativo, pois, como se sabe, os canais de TV e estações de rádio — importantes instrumentos de promoção política — são concessões governamentais.²

² Segundo levantamento de 2005 de autoria do professor Vinício de Lima, do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da UnB, com base em dados da CD e do Ministério das

Mas a proporção de deputados vindos do setor de comunicação seria 15% menor se não fosse a presença de pastores evangélicos que eram (ou são ainda) radialistas ou locutores de rádio. Na 51^a Legislatura, no grupo dos comunicadores, havia cinco pastores que se declaram também radialistas/locutores e dois que disseram ser proprietários ou sócios de estação de rádio ou TV, portanto, sete pastores ligados aos meios de comunicação.³ Na 52^a, quatro pastores declararam ser donos ou sócios de rádio e de TV e sete disseram ser radialistas ou apresentadores de TV.⁴

Quase a metade dos casos de comunicadores eleitos em 1998 e 2002 veio da região Sudeste, proporção maior que a de cadeiras que cabem a essa região na CD (aproximadamente 35%). Foi basicamente o aumento do número de pastores da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) eleitos em 2002 que elevou a proporção de deputados incluídos na rubrica “comunicadores”.

Comunicações, 51 parlamentares seriam concessionários de uma ou mais estações de rádio e TV. De acordo com o autor, 13 seriam do PMDB, oito do PFL, sete do PP e sete do PL. PSDB, PSB e PTB teriam cada um quatro deputados (fonte: *Congresso em Foco*, 30/11/2005). Por outro lado, a tabulação realizada por nós com dados da mesma fonte indicou a seguinte distribuição percentual de deputados concessionários de TVs por região: Nordeste, 47%; Sudeste, 25%; Sul, 18%; Centro-Oeste, 2%. Piauí e Bahia, cada um com cinco parlamentares, lideram os Estados com mais deputados com concessões desses meios de comunicação. Segundo levantamento feito pela *Folha de S.Paulo* (6/7/2001), os políticos controlariam 24% das TVs do país, ou, mais precisamente, 24% das 250 concessões de TVs comerciais então existentes.

³ Trata-se dos deputados De Velasco (Prona-SP), Marcos de Jesus (PTB-PE), Pastor Oliveira Filho (PP-PR), Pastor Valdeci (PSDB-RJ), Pastor Paulo José Gouveia (PTB-RS), Bispo Rodrigues (PFL-RJ), Bispo Wanderval (PTB-SP).

⁴ Nesse grupo de proprietários, sócios, locutores de rádio ou TV estão incluídos os pastores: Almir Moura (PL-RJ); Bispo Rodrigues (Carlos Rodrigues) (PL-RJ), Bispo Wanderval (Wanderval Santos), (PL-SP), Heleno Silva (PL-SE), João Batista (PFL-SP), Jorge Pinheiro (PMDB-DF), Marco de Jesus (PL-PE), Oliveira Filho (PL-PR), Pastor Paulo Gouveia (PL-RS), Pastor Reginaldo (Reginaldo Germano, PFL-BA), Vieira Reis (PMDB-RJ).

Tabela 16: Comunicadores por região em cada legislatura

Região	51ª Legislatura	52ª Legislatura
Norte-65 cadeiras (12,7%)	3(4,6)	5(7,6)
Nordeste-151 cadeiras (29,4%)	5(3,3)	5(3,3)
Sudeste-179 cadeiras (34,9%)	16(8,9)	12(6,7)
Sul-77 cadeiras (15%)	4(5,2)	4(5,2)
C.-Oeste-41 cadeiras.(8%)	5(12,2)	2(4,9)
Total	33(6,4)	28(5,5)

Profissões religiosas: os pastores na política

As considerações acima levam-nos ao exame sociológico do grupo dos pastores na Câmara dos Deputados.⁵ À primeira vista, poderia parecer estranho incluir a atividade de “pastor” na relação das profissões ou ocupações. Ocorre que os que são pastores, bispos ou ministros evangélicos e ganham (ou ganhavam) a vida dessa atividade definem-se profissionalmente desse modo.⁶ Esse grupo profissional não deve ser confundido com o dos deputados que são evangélicos, mas têm outra profissão ou ocupação, quer dizer, não são pastores.

⁵ Dissemos “exame sociológico” porque os aspectos políticos e programáticos da atuação dos pastores (e de outras categorias profissionais e ocupacionais) estão fora dos objetivos deste livro.

⁶ Entendendo sua atividade como uma profissão, um grupo de pastores, em começos de 1999, criou um sindicato, o Simeesp (Sindicato de Ministros Evangélicos e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo). Em abril daquele ano, o Simeesp foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho. O presidente da nova entidade, pastor José Lauro Coutinho, da Assembleia de Deus, seguindo o modelo corporativo brasileiro, indicou o Sindicato das Instituições Benéficas Filantrópicas e Religiosas do Estado de São Paulo como representante do lado patronal. Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, o Simeesp obteve o direito de receber a contribuição sindical. Um projeto já havia sido desenvolvido por um grupo de sindicalistas evangélicos ligados à CUT visando à obtenção de verba do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Em meio a dissensões no meio evangélico sobre a nova entidade, em junho o então ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, retirou o reconhecimento provisório do Simeesp. Mais e melhores informações estão em Newton Caskill, “Estrutura Política e a Mobilização de Líderes Religiosos: O Caso do Simeesp e do Conselho de Pastores do Estado de São Paulo”, em Joaílto A. Burity e Maria das Dores Machado (orgs.), *Os Votos de Deus. Evangélicos, Política e Eleições no Brasil* (Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2006).

Na CD resultante da eleição de 1998, os parlamentares que compõem o grupo das “profissões religiosas” totalizava 18: 16 pastores, bispos ou ministros de denominações evangélicas (daqui para a frente, por facilidades de expressão, designados apenas como *pastores*) e mais dois padres.⁷ Na legislatura eleita em 2002, o número de pastores passou para 26. O número de padres permaneceu o mesmo.⁸ Dos 26 pastores eleitos em 2002, cerca de 80% são da Iurd e da Assembleia de Deus. Os pastores de outras denominações não obtiveram êxito equivalente (Quadro 1).⁹

Quadro 1: Pastores por igreja

52ª Legislatura	
Igreja	N
Iurd	12(46,2%)
Assembleia de Deus	9(34,6%)
Batista	1(3,8%)
Outras	5(15,4%)
Total	26(100%)

A atividade profissional mais frequentemente associada à de pastor é a de radialista/locutor ou dono/sócio/ou diretor de TV e/ou de rádio (frequentemente as duas se confundem). Nas duas legislaturas que estamos examinando, sete e 11 parlamentares respectivamente, que se declararam pastores (por profissão), disseram também ter vínculos com os meios de comunicação de massas, basicamente TV e rádio.

Os deputados-pastores distribuem-se por várias siglas, mas preferentemente pelos partidos de direita. Contudo, entre os dois pleitos,

⁷ Segundo o critério de seguir os resultados eleitorais e de não considerar alterações posteriores, o deputado Reginaldo Germano (PP-BA) não foi incluído na relação dos pastores da 51ª Legislatura porque assumiu como suplente o mandato de deputado federal.

⁸ Trata-se dos deputados Padre José Linhares Ponte (PP-CE) e Luiz Couto (PT-PB). O padre Roque (Roque Zimmerman, PT-PR) licenciou-se no final do mandato da 51ª Legislatura para ocupar o cargo de secretário de Estado do Trabalho e Emprego e Promoção Social no Estado do Paraná. Para evitar o viés da agregação de duas atividades religiosas diferentes num mesmo grupo profissional, os deputados que declararam “padres” como profissão foram para o grupo de “outras profissões”. O grupo das profissões religiosas inclui, pois, apenas os pastores, bispos ou ministros das denominações evangélicas.

⁹ No Senado, os evangélicos passaram de dois para quatro representantes: o Bispo Marcelo Crivela (PL-RJ), Paulo Octávio (PFL-DF), Benedita da Silva (PT-RJ) e Magno Malta (PL-ES).

houve alterações nas legendas de direita que elegeram mais pastores. Na 51ª Legislatura, o PTB foi a legenda pela qual mais pastores chegaram à CD (seis casos). Seguem-se o PP, com cinco, e o PFL, com três. Nesse pleito, nenhum pastor elegeu-se pelo PL. Nas eleições de 2002 para a 52ª, porém, o PL superou, de longe, os demais em número de pastores em sua legenda: 11 (42%) dos 26 pastores eleitos chegaram à CD pelo PL. O PTB, com três deputados, partilhou o segundo lugar com o PFL e o PMDB. De todo modo, as siglas de direita continuaram a ser as preferidas pelos pastores, apesar de que três se elegeram por legendas de esquerda (dois pelo PSB e um pelo PTB).

Tabela 17: Pastores por legenda

Direita	51ª Legislatura	52ª Legislatura
PTB	6	3
PP	5	2
PFL	3	3
Prona	1	–
PL	–	11
Subtotal	15	19
Centro		
PMDB	–	3
PSDB	–	1
Subtotal	–	4
Esquerda		
PSB	–	2
PDT	1	1
Subtotal	1	3
Total	16	26

Chama a atenção o espaço conquistado pelos pastores na legenda do PL entre as duas eleições. Por um lado, o grande aumento de deputados pentecostais eleitos pelo PL pode ser resultado de uma preferência dos pastores que concorriam a deputado por essa legenda e não apenas da força política de alguns candidatos que teria levado à eleição grande número de seguidores da Iurd. Para a CD, considerando-se apenas os cinco principais partidos preferidos pelos políticos dessas igrejas, o PL foi o que teve o maior número de *candidaturas* evangélicas (28), seguido pelo PSB do governador Garotinho (19), PSDC (14), PSL (13) e do PT do B. Maria das

Dores C. Machado observa que o PL atraiu maior número de candidatos da Iurd, enquanto o PSB, então legenda do governador Garotinho, foi o partido que mais atraiu os candidatos da Assembleia de Deus e dos batistas.¹⁰

A aliança com o PT provavelmente trouxe mais candidatos pentecostais para a legenda do PL. Ocorre que os pentecostais, especialmente a partir de 2000, foram deixando de lado sua orientação fortemente antagônica ao PT. Este, por sua vez, aproximou-se dos pentecostais, da Iurd principalmente, cujos votos passaram a ser essenciais na disputa para a Presidência da República e outros cargos de disputa majoritária.¹¹ Alguns pesquisadores das religiões entendem que por trás do acordo PT-PL de 2002, além da intenção manifesta de mostrar aos empresários que o candidato Lula e o PT eram políticos nos quais poderiam confiar, havia o interesse de conseguir, no segundo turno, os votos dos fiéis da Iurd.

Essa interpretação encontra fundamento no apoio dado a Lula pelo então Bispo Rodrigues (vice-presidente nacional do PL e coordenador político da Iurd) e no seu empenho em trazer outras igrejas evangélicas para o Bloco Evangélico Pró-Lula:¹² “-Temos a obrigação de entrar de cabeça na campanha do Lula”, declarou o Bispo Rodrigues. A opção por Lula teria sido decidida não apenas pela cúpula do PL, mas também pela da Universal.¹³ Joanildo Burity viu nas eleições de 2002 o estabelecimento de uma nova estratégia de um protestantismo maciçamente pentecostal: operar no plano do poder executivo com uma candidatura nacional (a de Anthony Garotinho), ao lado de uma aliança eleitoral (a chapa Lula e José Alencar) que, apesar de se tratar de dois partidos, claramente teria sido um pacto entre um partido e uma igreja (a Universal do Reino de Deus).¹⁴

¹⁰ Maria das Dores Campos Machado, “Evangélicos e as Eleições de 2002 no Rio de Janeiro: As Disputas pelo Poder Legislativo em Perspectiva”, em Joanildo A. Burity e Maria das Dores C. Machado (orgs.), op. cit (nota 6), p. 106.

¹¹ Na verdade, todos os candidatos, em 2000, passaram a cortejar o eleitorado evangélico.

¹² Alexandre Brasil Fonseca, *Religion and Democracy in Brazil (1998-2001): A Study of the Leading Evangelical Politician* (no prelo), apud Ari Pedro Oro, “A Igreja Universal e a Política”, em Joanildo A. Burity e Maria das Dores Machado, op. cit., p. 138.

¹³ Ari Pedro Oro, op. cit.

¹⁴ “Religião, Votos e Instituições Políticas: Notas sobre os Evangélicos nas Eleições de 2002”, em Joanildo A. Burity e Maria das Dores C. Machado, op. cit., p. 176.

A aliança, formal ou informal, entre petistas e pentecostais, apesar das diferenças ideológicas, aproxima duas forças políticas vindas de fora dos círculos políticos dominantes e das classes altas. Os perfis sociais dos pastores, bispos e ministros, detectados pelos níveis de escolaridade, sugerem, para a maioria desse grupo, uma origem familiar de classe baixa, ou média baixa, que pode ser percebida na análise do grupo de pastores das duas legislaturas que estamos examinando (Tabela 18). A comparação entre as bancadas indica, por um lado, aumento da escolaridade média e declínio da proporção dos que tinham curso superior. O número dos que só tinham completado o ensino médio passou de três para quatro; o dos que tinham curso superior *incompleto* aumentou de um para seis. Esses aumentos decorrem, em parte pelo menos, do crescimento do número de pastores, que passou de 17 para 26. Em termos percentuais, nesse nível de instrução, houve queda de 66,7% para 50,0%, embora, em números absolutos, a diferença seja apenas de um caso. Nesse ponto, essas mudanças vão no sentido de outras que indicam popularização da representação política na CD.

Tabela 18: Escolaridade dos pastores

Níveis de escolaridade	51ª Legislatura		52ª Legislatura	
	N	%	N	%
Até o ensino fundamental completo	1	6,7	1	4,5
Até o ensino médio completo	3	20	4	18,2
Até o ensino superior completo	1	6,7	6	27,3
Ensino superior	10	66,7	11	50
Mestrado	0	–	0	–
Doutorado	0	–	0	–
Base de cálculo	15	100	22	100
Sem informação	1	–	4	–

Note-se que não há nenhum deputado-pastor com mestrado ou doutorado. Mas essa ausência não deve surpreender. Em primeiro lugar, o número de casos é baixo, o que diminui bastante a probabilidade de encontrar alguém com essas titulações fora da academia; em segundo lugar, a existência de títulos de mestrado e doutorado tende a ocorrer principalmente entre os deputados que vieram das profissões liberais e do magistério. Para outros setores profissionais e ocupacionais, diplomas de mestrado e doutorado são de menor valia para a carreira. Mesmo deixando

de lado os títulos de pós-graduação, as tabulações das distribuições dos deputados-pastores mostram níveis de escolaridade mais baixos do que os do conjunto da CD.

Para não sobrecarregarmos excessivamente os leitores com tabelas, mas sem querer deixar de oferecer alguns dados, cotejamos os níveis de escolaridade do conjunto da CD com o dos pastores. Mas tomamos apenas a 52ª Legislatura, na qual o número de pastores é mais elevado do que na 51ª. Trata-se de uma comparação que, do ângulo de níveis de escolaridade, favorece os pastores porque os níveis da 52ª são mais baixos do que os da anterior.

Tabela 19: Níveis de escolaridade — CD e pastores

52ª Legislatura				
Escolaridade	CD		Pastores	
	N	%	N	%
Até o primeiro grau completo	12	6,7	1	4,5
Até o segundo grau completo	44	20	4	18,2
Superior incompleto	50	6,7	6	27,3
Superior completo	318	67,4	11	50,0
Mestrado	28	6,0	–	–
Doutorado	18	3,7	–	–
Base de cálculo	470	100	22	100

Obs.: Da base de cálculo da CD, a fim de evitar dupla contagem, foram retirados os deputado que eram pastores. Para os cálculos dos dois grupos foram retirados também os casos para os quais não obtivemos informação sobre escolaridade.

À primeira vista, as diferenças entre os níveis de escolaridade dos pastores em comparação com os dos demais deputados parecem irrisórias. A proporção de pastores com curso superior completo é de 50% contra 67,4% na CD. Mas, para fins de adequado cotejo, cumpre levar em conta os 9,7% dos membros da CD que tinham mestrado e doutorado, quer dizer, que tinham curso superior completo. Somada aos 67,4% de deputados com esse nível de instrução, a porcentagem de deputados na CD com curso superior completo chega a 77,1% contra 50% dos pastores. Esse resultado, novamente, vai a favor de outros que são indicativos das origens mais populares dos pastores.

Mas cursos e diplomas de nível superior, por si sós, não são indicação segura de *status* se não se leva em conta o tipo de curso e de

estabelecimento de ensino. Cumpre, assim, recorrer também a outros indicadores. Em virtude do pequeno número de casos existentes em outras igrejas evangélicas, vamos examinar com mais detalhe apenas os pastores-deputados da Iurd e os da Assembleia de Deus. São 12 casos da primeira e nove da segunda. Os dados sugerem um recrutamento político-religioso dessas igrejas basicamente nas classes populares ou na classe média baixa.

No caso da Iurd, se não contarmos o curso de Teologia (dois deputados), entre os pastores eleitos em 2002, somente dois tinham curso superior completo (de Economia) efetuados em instituições que não compõem o circuito das grandes universidades do país. Cinco não tinham ido além do ensino médio completo, incluindo aqui um deputado que começou, mas não terminou um curso superior (Leo Reginaldo Germano indica Direito incompleto com data de 2004 – ele já estava eleito, por isso não foi aqui computado). Já o Bispo Wanderval, no repertório da 51ª legislatura, indica primário incompleto e agora — 2003 — declara Direito incompleto (foi computado pela primeira indicação, seguindo a regra de levar em consideração o momento antes da eleição).

Entre os cursos profissionais apontados estão: Técnico Agrícola (1), Contabilidade (1) e Auxiliar de Enfermagem (1), áreas profissionais procuradas principalmente pelas camadas das classes médias baixas, cujas famílias não têm recursos financeiros para arcar com o custeio dos estudos dos filhos em cursos superiores que possibilitem carreiras futuras de mais prestígio e rentabilidade.

Além disso, reforça a hipótese das origens populares dos pastores as ocupações que alguns tiveram antes de entrar para a vida religiosa e política. Entre essas atividades profissionais estão várias que requerem habilitação profissional média, como auxiliar de escritório, enfermagem, corretor imobiliário, bancário, técnico agrícola, auxiliar de administração, técnico em eletrônica, motorista de táxi, carteiro e outras equivalentes.

Chama a atenção, por outro lado, o fato de todos os pastores da Iurd terem declarado algum vínculo com a TV ou com o rádio, como sócios, locutores ou radialistas, o que não acontece com os pastores da Assembleia de Deus. Nessa denominação, houve apenas uma indicação de relacionamento com os meios de comunicação. O fato é indicativo da importância que a mídia assume nas campanhas políticas dos seguidores de

Iurd. Na realidade, tendo em conta os seus meios sociais de origem, os pastores da Iurd dificilmente conseguiriam entrar na vida pública diretamente pela Câmara dos Deputados se, ao lado da ação religiosa, não houvesse a atividade de radialista ou locutor de programas religiosos no rádio e na TV. Assim, na ausência de outros trunfos para a captação de votos, o trampolim de ascensão política dos pastores vem de duas atividades importantes do ponto de vista do êxito eleitoral, que se interpenetram: a de pastor e a de radialistas/locutor/apresentador de programas de TV, geralmente da Rede Record, função exercida por todos os deputados que eram pastores, bispos e ministros da Iurd eleitos em 2002.

No grupo de deputados que são pastores da Assembleia de Deus, a ligação com o rádio ou a TV pareceu bem mais fraca do que entre os pastores das Iurd: apenas um deputado dessa denominação registrou, entre as suas atividades profissionais, a de diretor do programa *Cristo no Lar*, da Rádio Clube de Salvador.¹⁵ Por outro lado, o exame das profissões e ocupações dos deputados da Assembleia Deus indica um *status* social um pouco mais elevado do que entre os das Iurd. Entre as profissões e ocupações mencionadas pelos deputados que são pastores da Assembleia de Deus, houve três menções à profissão de empresário, duas à de técnico de contabilidade, duas à de delegado de polícia, uma à de servidor público e uma à de professor, essa exercida por muito curto período. Outros dois deputados informaram apenas “pastor” como profissão.

Chama a atenção, na relação das profissões, a ausência de exprofissionais liberais, principalmente de médicos, advogados, e de professores (um caso, função que, exercida por apenas dois anos, não foi incluída no grupo de professores da CD).¹⁶ Ocorre que não há, nas duas

¹⁵ Deputado Milton Barbosa (PFL-BA).

¹⁶ Trata-se do deputado Takayama (Hidekazu Takayama), de Rolândia, no Paraná, atualmente no PMDB, porém eleito pelo PTB para a legislatura federal de 2003-2007. O deputado Takayama definiu-se profissionalmente como professor, empresário e ministro evangélico da Assembleia de Deus. A atividade no magistério secundário em Irai (PR) durou pouco tempo (1972-1974). O deputado iniciou, mas não concluiu o curso de Ciência na Universidade Católica, em Passo Fundo (RS) (1972-1973). Mais tarde, começou um curso de Letras, na UFPR, (1975-1976) em Curitiba, mas não chegou a terminá-lo. Um dos seus currículos na CD indica que iniciou sua carreira política elegendo-se pela primeira vez para a Câmara de Vereadores de Curitiba (1989-1993) pelo PMDB. Depois teria se eleito duas vezes deputado estadual no Paraná para as seguintes legislaturas; 1996-1999 e 1999-2002, os

denominações religiosas, pastores com formação nessas áreas profissionais. Entre os parlamentares da Assembleia de Deus, dois declararam apenas Teologia como curso superior, e um, Teologia e Contabilidade. Somente dois terminaram um curso superior além dessas matérias.

O número de deputados que eram pastores da Assembleia de Deus é muito baixo para uso estatístico (nove casos). Mas queremos assinalar que, entre os pastores dessa igreja, cinco conseguiram eleger-se diretamente para a CD, quer dizer, começaram por cima, sem carreira política anterior. Outros quatro, porém, começaram mais de baixo: três como vereadores e outro como deputado estadual. Os da Iurd saíram-se um pouco melhor: dos seus 12 pastores eleitos em 2002, nove estrearam diretamente como deputados federais e somente três tiveram carreiras locais: dois como vereadores e um como deputado estadual. Vários fatores podem ajudar a compreender o melhor desempenho dos pastores da Iurd com relação aos da Assembleia de Deus, mas muito provavelmente os da Iurd foram favorecidos pelos vínculos com os meios de comunicação.¹⁷

A análise das profissões e níveis de escolaridade do grupo dos pastores das duas igrejas pentecostais mais importantes é indicativa da extração popular da maior parte dos pastores eleitos para a CD. O exame de suas biografias indica que se trata de um grupo em processo de mobilidade ascensional vindo de fora das camadas dominantes e das elites políticas tradicionais. Reforça a tese, para o caso da Assembleia de Deus, o fato de que dos nove pastores, oito nasceram em cidades do interior do país. (O que nasceu numa capital veio de Boa Vista, Roraima, cidade que, no momento, não pode ser incluída no rol dos grandes centros urbanos.) Do ângulo regional, quatro nasceram no Nordeste, três, no Norte, um, no Centro-Oeste, e um, no Sul.

dois mandatos pelo PFL. Em seguida, elegeu-se deputado federal para a legislatura de 2003-2007, pelo PTB. Atualmente está no PMDB. Em princípio, teria sido uma carreira política de início local. Acontece, contudo, que num dos perfis biográficos da CD elaborado em maio de 2006 não consta o mandato de vereador e o primeiro mandato de deputado estadual (fonte: CD).

¹⁷ Segundo Ronaldo R. M. de Almeida, a entrada dos pentecostais na televisão de modo mais expressivo, na década de 1980, ocorreu sob influência dos “pregadores eletrônicos” norte-americanos. “A Universalização do Reino de Deus”, *Novos Estudos Cebrap*, n° 44, março de 1996.

Não é assim para os pastores da Iurd, “mais urbanizados”: seis nasceram em grandes capitais (cinco no Rio de Janeiro, um no Recife) e seis, em cidades do interior. Seis eram do Sudeste, quatro, do Nordeste, um, do Sul, um, do Centro-Oeste. Obviamente, cidades de nascimento não definem a origem social, mas aqui essa variável se une a outras que reforçam as hipóteses sobre as origens populares da maior parte dos pastores que chegaram à CD.

A expansão dos pentecostais

O crescimento dos pastores na CD decorre de um movimento de mudança no mapa religioso brasileiro, que é a retração do catolicismo e a expansão das igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais da Iurd e da Assembleia de Deus. Esse fenômeno teve consequências no plano político, levando ao grande crescimento da chamada “bancada evangélica” na Câmara dos Deputados e em outros órgãos legislativos. Faremos uma breve referência ao crescimento do número de pastores e de evangélicos na CD baseando-nos em estudos de outros pesquisadores da sociologia das religiões. A intenção é chamar a atenção para as consequências na composição social da CD.

Os estudiosos dos fenômenos religiosos — basicamente das denominações pentecostais — mostram que elas atraem principalmente pessoas vindas das camadas pobres, de baixa escolarização e, principalmente, marginalizadas e desamparadas, que perderam seus laços de sociabilidade e de identidade ao migrarem para o mundo urbano e localizarem-se nas periferias, ou nas áreas centrais decadentes das grandes cidades.

No caso dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, 63% ganham menos de dois salários mínimos e 28%, entre dois e cinco salários. No caso da Assembleia de Deus, as porcentagens são, respectivamente, 62% e 30%. A Iurd tem as maiores porcentagens de pessoas pobres, de baixa escolaridade e de cor negra. Cinquenta por cento teriam menos de quatro anos de escolaridade, e 85% não passaram do ensino elementar. Do ponto de vista étnico, a Universal e a Assembleia de Deus têm 36% e 34%,

respectivamente, de brancos, o restante sendo formados por pardos e negros — mais pardos do que negros — nas duas igrejas.¹⁸

A caracterização dos pentecostais feita pelo *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais* no Brasil vai na mesma direção: os pentecostais localizam-se principalmente na periferia imediata ao município central das regiões metropolitanas. “Os níveis de remuneração são muitos baixos, uma vez que recebem basicamente até três salários mínimos. [...] Em matéria de educação, se caracterizam por um nível muito elementar, uma vez que os fiéis possuem, sobretudo, cursos de alfabetização de adultos, antigo primário e primeiro grau”.¹⁹ Por isso, Fernandes considera que “o crescimento notável dos evangélicos decorre, sobretudo, de escolhas feitas pelos pobres”.²⁰

A pobreza, o baixo nível de escolaridade e outras características dos fiéis pentecostais (como sentimento de ilegitimidade, de insegurança e de perda de identidade social, características essas ligadas à migração para grandes metrópoles) têm sido apontados pelos pesquisadores.²¹ Para essa população, os que são chamados às vezes de neopentecostais dirigem uma atividade de tipo assistencialista, que atende também pessoas pobres de outras crenças e que pode servir de base eleitoral para apoios políticos.²²

Além da existência do voto dos fiéis, os pastores e bispos que se lançam à vida política contam com uma estrutura de apoio material e

¹⁸ Os dados são de Rubens César Fernandes (coord.), Leandro Piquet Carneiro, Cecília Mariz e Clara Mafra, *Novo Nascimento: Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política* (Rio de Janeiro: Mauad, 1998), p. 23.

¹⁹ César Romero Jacob et al., *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil* (São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/Editora PUC, 2003), p. 40.

²⁰ Rubens César Fernandes et al., op. cit., p. 24.

²¹ Pesquisa efetuada por Ronaldo de Almeida numa favela de São Paulo (Paraisópolis), onde cerca de 80% dos moradores eram nordestinos, mostrou o papel da religião e das igrejas pentecostais na formação de novas redes de sociabilidade e de solidariedade que atraem as pessoas em estado de maior vulnerabilidade, como constata o autor. “Os nordestinos no Nordeste são católicos, enquanto no Sudeste tendem a se tornar evangélicos.” “Religião na Metrópole Paulista”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 49, nº 56, outubro de 2004, p. 21.

²² Ver a pesquisa de Maria das Dores Campos Machado sobre a atuação política dos neopentecostais nas eleições para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e a importância das práticas clientelísticas utilizadas pelos candidatos ligados à Assembleia de Deus e à Universal do Reino de Deus, op. cit.

humano, para não falar de recursos financeiros arrecadados por suas igrejas, os “dízimos”.²³ Referindo-se à Universal, escreve Ricardo Mariano: “Durante as eleições, os templos exibem faixas com o nome e o número dos candidatos oficiais da igreja. Pastores e bispos pedem abertamente votos para eles do alto do púlpito. Obreiros distribuem ‘santinhos’. Suas emissoras de rádio e TV fazem propaganda eleitoral, convidando seus candidatos, por exemplo, para participar de entrevistas em programas ‘jornalísticos’”.²⁴

Os pastores e candidatos evangélicos são apoiados ainda por uma rede de TV e de rádios, a cuja importância para obtenção de um mandato fizemos menção no exame das profissões dos pastores na CD. A Universal, entre outros empreendimentos, controla três redes de TV: Record, Família e Mulher.²⁵ Com um eleitorado semicativo composto por uma população evangélica que não tem parado de aumentar, com apoio de recursos financeiros de doações variadas,²⁶ com uma rede de TV e rádios e com

²³ Em princípio, o dízimo corresponderia a 10% da renda individual dos fiéis, mas alguns não contribuem e outros contribuem acima dessa porcentagem. De modo geral, a contribuição sobe com a renda individual e varia segundo a igreja. Conforme indica a pesquisa de Rubens César Fernandes et al. com evangélicos do Rio de Janeiro, 23% dos crentes incluídos na amostra que tinham renda inferior a dois salários mínimos não tinham contribuído, enquanto cerca de 30% tinham feito uma contribuição igual ao valor do dízimo. Informações mais detalhadas sobre o assunto em Fernandes et al., op. cit.

²⁴ Ricardo Mariano, *Neopentecostais* (São Paulo: Loyola, 1999), p. 91.

²⁵ Na comparação com os políticos de outras religiões, o controle de uma rede de comunicações, como vimos, conferiu aos neopentecostais da Iurd uma grande vantagem no esforço de popularização de seus candidatos. Essa vantagem foi potencializada com a aquisição da Rede Record de TV pela Igreja Universal. Comentando os efeitos do uso da televisão na pregação pentecostal, Ronaldo R. M. de Almeida nota a superioridade obtida por essa denominação diante dos políticos que se dirigem a um eleitorado em que a religião não é uma clivagem significativa, como acontece, por exemplo, com a grande maioria dos que se declaram católicos: “A concessão de participar dessa arena política de forma autônoma — possibilitada aos partidos políticos somente nos horários eleitorais gratuitos — colocou a Igreja Universal num patamar distinto do restante dos evangélicos ao poder realimentar, pela Rede Record, sua participação nas esferas de poder” (Ronaldo R. M. Almeida, “A Universalização do Reino de Deus”, *Novos Estudos Cebrap*, nº 44, mar. de 1996, p. 18).

²⁶ 67 No dia 16 de julho de 2005, o deputado João Batista Ramos da Silva, do PFL, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, foi detido pela Polícia Federal no Aeroporto de Brasília com sete malas contendo R\$ 10,2 milhões que seriam contribuições (dízimos) de fiéis a

auxílio de uma militância voluntária que se assemelha à dos partidos de mobilização política, o sucesso do empreendimento político-eleitoral dos evangélicos (dos neopentecostais principalmente) foi amplo e rápido.

A Iurd não limitou sua atuação aos empreendimentos exclusivamente religiosos. “Nas mãos da Igreja Universal, a TV Rio foi tratada antes de tudo como um negócio que precisa se auto-sustentar e dar lucro”, diz Ronaldo Mariano.²⁷ Nessa linha, “demonstrando agudo senso empresarial”, a Igreja Universal não restringiu seus negócios à televisão. Além da Record, a Iurd possui, entre outras coisas, o Banco de Crédito Metropolitano, trinta emissoras de rádio no Brasil, duas gráficas, a gravadora Line Records, uma editora, uma produtora de vídeo, uma fábrica de móveis, dois jornais e outros tantos imóveis espalhados por 47 países de todos os continentes”.²⁸

Os fiéis pentecostais da Iurd, embora não se liguem a nenhum partido (e talvez por isso mesmo), costumam descarregar seus votos nos candidatos indicados por suas igrejas. Segundo resultado de pesquisa efetuada em 1994, com 1.332 entrevistas na região metropolitana do Rio de Janeiro — o Estado menos católico do Brasil—, 95% dos pentecostais da Universal descarregam seus votos nos candidatos da própria igreja,²⁹ que tende a estreitar seus vínculos com o PL. Em alguns Estados, a aproximação é forte. Segundo a pesquisadora Júlia Miranda, no Ceará, os candidatos membros da Iurd são todos do PL: “No estado do Ceará torna-se cada vez mais difícil dissociar Igreja Universal do Reino de Deus e Partido Liberal”.³⁰

serem transportados a bordo de um jatinho particular. Em razão do acontecido, o bispo-deputado foi logo em seguida expulso do PFL.

²⁷ Op. cit., p. 19.

²⁸ *Journal do Brasil*, 25/12/1995, apud Ronaldo Mariano, op. cit., p. 19.

²⁹ Rubem César Fernandes et al., op. cit., p. 125.

³⁰ Mia Miranda, “Nós, Vocês e Eles: Os Desafios de Uma Convivência (In)Desejada”, em Joanildo B. Burity e Maria das Dores Machado, op. cit., p. 149. Contudo, o relacionamento da Iurd com o PL parece ameaçado pelo surgimento do novo partido, cujas possibilidades de concretização, no momento em que escrevemos [maio de 2006] não são muito perceptíveis. Em março de 2006, o TSE registrou o 28º partido brasileiro, o Partido Republicano Brasileiro (PRB), que viria a substituir o Partido Municipalista Renovador (PMR), patrocinado pelo Bispo Crivella, senador pelo Rio de Janeiro, e pelo deputado federal José Divino. Os pentecostais da Iurd passariam a contar, então, com um partido que seria de esquerda. Mas esses projetos estão ainda no papel e talvez daí não saiam diante da nova lei eleitoral que estabelece uma cláusula de desempenho de 5% dos votos apurados (nulos e

A aceleração do avanço dos evangélicos começou com a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte e depois foi impulsionada pelo rápido progresso dos pentecostais. Estes subiram de dois deputados, na eleição anterior, para 18 parlamentares na de 1986 para a Assembleia Nacional Constituinte. No total dos evangélicos, 33 foram eleitos.³¹ Na avaliação de Ricardo Mariano e Antônio Flávio Pierucci, foi o “marco histórico da imersão dos evangélicos na política”, posteriormente acentuado com o apoio à candidatura Collor na eleição presidencial de 1989.³²

Segundo Ari Pedro Oro, a Igreja Universal criou um novo método de fazer política ao adotar uma “candidatura oficial”. Um recenseamento do eleitorado potencial, quer dizer, dos membros e fiéis, é realizado e submetido à cúpula da igreja para decidir quantos candidatos podem ser lançados em cada circunscrição eleitoral. “Dependendo da eleição, ela distribui os candidatos conforme o bairro, cidades ou regiões para serem apoiados separadamente pelas várias igrejas locais [...]. A escolha dos candidatos é prerrogativa única e exclusiva dos dirigentes regionais e nacionais da Igreja. [...] Não há nenhuma consulta democrática aos membros das igrejas locais. Estes recebem, no momento, oportuno, o(s) nome(s) que devem apoiar. Muitas vezes, trata-se de pessoas pouco conhecidas pelos ‘irmãos de fé’. Isso, entretanto, não inviabiliza suas eleições”.³³

Mas há diferenças entre as igrejas pentecostais. Ari Pedro Oro observa que na Assembleia de Deus a cúpula indica os candidatos, mas dá aos fiéis liberdade para votar em que desejarem.

O êxito eleitoral dos neopentecostais não é alheio ao recuo da influência da Igreja Católica e à persistente diminuição da população católica no Brasil. Pesquisa divulgada pela Conferência Nacional dos

brancos excluídos), além de outras exigências, sem o quê os partidos não contarão com certos benefícios.

³¹ Ricardo Mariano e Antônio Flávio Pierucci, “O Envolvimento dos Pentecostais na Eleição de Collor”, *Novos Estudos Cebrap*, nº 34, nov. de 1992, p. 93.

³² *Ibidem*, p. 93.

³³ “A Política da Igreja Universal e Seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiros”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 53, out. de 2003, p. 53. Ricardo Mariano, op. cit., p. 92. Mais informações em Paul Freston, *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*, 1993. Tese de doutorado defendida no Instituto de Ciências Humanas da Unicamp.

Bispos do Brasil (CNBB) em agosto de 2005 indicou que nos últimos cinco anos a porcentagem de católicos no país caiu de 73,9% para 67,2%. A mesma pesquisa mostrou, confirmando estudos anteriores, que aproximadamente 60% dos que abandonaram o catolicismo aderiram às denominações pentecostais.³⁴

Os evangélicos eram, no ano de 2000, estimados em cerca de 26 milhões, ou seja, 15% da população brasileira. Entre as várias denominações evangélicas, os pentecostais totalizavam cerca de 18 milhões nesse mesmo ano. No conjunto, os evangélicos passaram de 2,6% da população em 1940 para 15% em 2000.³⁵

Foi basicamente com apoio dessa população pobre que se constituiu um tipo novo de liderança política que, embora não pareça significar uma manifestação política *autônoma* dos pobres, atua para favorecer a popularização da classe política brasileira. Esse novo ator, que tenta romper a hegemonia da Igreja Católica, combina na arena eleitoral velhas práticas clientelísticas e assistenciais com um estilo mais agressivo e “moderno”, em que a televisão e o rádio, além da propagação da fé, servem de trunfos eleitorais.

A presença dos pentecostais na política brasileira tem sido algumas vezes avaliada como um reforço das posições conservadoras no sistema político, especialmente em razão da oposição intransigente a certos “modernismos” na área das questões dos costumes e valores, como direito ao aborto, liberdade sexual, casamento entre pessoas do mesmo sexo, uso de células-tronco, clonagem e outros experimentos genéticos.

São questões controversas, que levam a diferentes interpretações. Uma avaliação dura das bandeiras das igrejas pentecostais encontra-se em Flávio Pierucci. Para esse sociólogo pesquisador das religiões no Brasil, trata-se de uma “nova direita cristã” defensora da família tradicional e adversária de “modernismos” dos costumes (feminismo, movimento *gay*,

³⁴ O *Estado de S. Paulo*, 11/8/2005, José Maria Mayrink, “Pentecostais São o Grupo que mais Atrai Católicos no País”, p. A18.

³⁵ Informações mais detalhadas em César Romero Jacob et al., op. cit. Antônio Flávio Pierucci, “Bye Bye, Brasil — O Declínio das Religiões Tradicionais no Censo 2000”, e Ricardo Mariano, “Expansão Pentecostal no Brasil: o Caso da Igreja Universal”, ambos em *Estudos Avançados*, vol. 18, n° 52, set./dez., 2002, *Dossiê Religiões no Brasil*.

liberação dos contraceptivos abortivos etc). Essa nova direita seria também um novo populismo. Com seu conservantismo cultural, assinala Pierucci, “essa direita religiosa, bíblico-fundamentalista e moralista, tem a vantagem de fazer contactos mais imediatos, mais profundos e mais persuasivos com as massas inseguras e assustadas do que outras formações ou linhagens de direita mais secularizadas”.³⁶

Outros vêem a ascensão dos protestantes e pentecostais de modo mais positivo. Para Freston, por exemplo, boa parte da mídia busca desqualificá-los como atores legítimos no campo religioso e no campo político. Uma das razões, mas não a mais importante, seria porque vêm a lurd como concorrente. Mas a razão principal, de acordo com Freston, viria do fato de que os pentecostais são “pobres que se expressam autonomamente”.³⁷

O trabalho de Freston, que contém um excelente estudo do protestantismo no Brasil é, contudo, de começos da década de 1990, mas encontra apoio nas mudanças na orientação política dos pentecostais decorrentes da aliança da Universal com o PT e do apoio que essa igreja prestou posteriormente ao governo Lula. O denominador comum entre o PT e a igreja, como indica Ari Pedro Oro, foi o discurso pela ética na política. Um exemplo citado pelo pesquisador foi o comparecimento do então Bispo Rodrigues ao programa eleitoral do PT em Porto Alegre, apoiando Lula no segundo turno e “enaltecendo a ‘ética em governar’ desse partido”.³⁸

A bancada evangélica

O exame dessas diferenças, assim como do conteúdo religioso, das formas de manifestação de fé e de outras características das muitas denominações evangélicas, como já dissemos, não é objeto desta pesquisa. O ponto que interessa aqui é a *ascensão dos pentecostais como fator de popularização da classe política brasileira*.

³⁶ Antônio Flávio Pierucci, “Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte”. *Ciências Sociais Hoje* (São Paulo, 1989), p. 116-17.

³⁷ Paul Freston, op. cit., p. 278.

³⁸ Ari Pedro Oro, “A Política da Igreja Universal e Seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiros”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n° 53, out. de 2003, p. 63.

Há consenso na avaliação de que o número de evangélicos vem aumentando no interior da classe política. Mas há divergência quanto ao número exato até mesmo para as últimas legislaturas.

Por exemplo: o Diap estimava, logo após as eleições de 2002, que a bancada dos evangélicos — composta pelos parlamentares que professam a fé segundo a doutrina de uma das igrejas evangélicas — contava com aproximadamente 50 deputados.³⁹ Outras fontes falam em 56 evangélicos.⁴⁰ O jornal *O Globo* (13/10/2002) apontava 48 evangélicos em 2002 na CD e quatro no Senado. Pelo *site* da Câmara Federal (22/8/2005), no entanto, seriam 58 deputados evangélicos espalhados em 14 partidos.

Em 2003, os deputados evangélicos, embora repartidos por várias legendas, criaram a suprapartidária Frente Parlamentar Evangélica. Em fins de novembro de 2004, a Frente realizou, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional Evangélica. Declarou contar entre seus membros 55 deputados e quatro senadores: Paulo Octávio (PFL-DF), Marcelo Crivella (PL-RJ), Magno Malta (PLES) e a senadora Marina Silva (PT-AC), atualmente ministra do Meio-Ambiente e afastada do Senado.⁴¹

Mais recentemente, o jornal *O Estado de S. Paulo*, numa longa matéria assinada por Roldão Arruda, trazia a relação nominal dos parlamentares evangélicos por denominação. A matéria contou 54 deputados e três senadores (em exercício), divididos em nove denominações religiosas e nove partidos.⁴²

Combinando os dados de *O Estado de S. Paulo*, de outras fontes e de nosso levantamento realizado por meio dos perfis biográficos, localizamos, com algum grau de segurança, 54 deputados na 52ª Legislatura, distribuídos pelas seguintes denominações: Assembleias de Deus, 20 deputados; Iurd, 17; Igreja Batista, seis; Igreja Evangélica Quadrangular, quatro; Igreja

Luterana, dois; Igreja Presbiteriana, dois; Sara Nossa Terra, um; Primeira Igreja Batista, um; Igreja Internacional da Graça, um.

Desse universo de deputados *evangélicos* excluímos os que eram *pastores* (analisados anteriormente). Ficaram apenas os *evangélicos que tinham outras profissões*. Assim, as próximas tabelas referem-se exclusivamente aos deputados evangélicos que *não* são pastores. São 28 casos.

Nesse grupo, aumenta um pouco o número de deputados que não eram da Iurd e da Assembleia de Deus, denominações que predominam entre os *pastores* (80,8%). (Ver Tabela 18, página 73.) Essas duas denominações declinam para 57,1% entre os evangélicos não-pastores, enquanto ganham um pouco mais de espaço os deputados da Igreja Batista (cinco) e os de outras denominações muito minoritárias (Igreja Luterana, Primeira Igreja Batista, Igreja Evangélica Quadrangular).

Quadro 2: Deputados evangélicos por igreja (pastores excluídos)

52ª Legislatura	
Igreja	N
Assembleia de Deus	10
Iurd	6
Igreja Batista	5
Igreja Luterana	2
Igreja Presbiteriana	2
Primeira Igreja Batista	1
Sara Nossa Terra	1
Igreja Evangélica Quadrangular	1
Total de evangélicos	28

Com a exclusão dos pastores dessas denominações, eleva-se o *status* social de origem do grupo de evangélicos. Referimo-nos aqui às fontes de recrutamento político-religioso e não à situação patrimonial atual dos deputados, aspecto cuja verificação é ainda mais difícil do que a localização das origens sociais. Mas, antes de passar à análise da composição ocupacional do grupo, cabe uma ressalva: uma vez que a proporção de donos ou sócios de meios de comunicação é maior entre os pastores da Iurd (o que aumenta o número de empresários), é provável que o patrimônio atual desses pastores seja mais elevado do que o dos evangélicos não-

³⁹ Diap. *Radiografia do Novo Congresso — Legislatura 2003-2007*, out. de 2005.

⁴⁰ *Carta Capital*, 30/3/2005, ano XI, nº 335.

⁴¹ Fonte: *site Brasil Presbiteriano*, 1º de abril de 2005.

⁴² Roldão Arruda, “Na Câmara, Tropa Protege Império da Comunicação”, *O Estado de S. Paulo*, 17/7/2005, p. A11. A lista de *O Estado de S. Paulo* não incluiu três parlamentares eleitos como titulares — o Bispo Rodrigues (PL-RJ), Bispo Wanderval (PL-SP) e o pastor Jorge Pinheiro (PL-DF) — e incluiu três suplentes que foram excluídos de nossa relação, porque estamos trabalhando apenas com os titulares.

pastores. Se o foco da análise fossem os níveis atuais de patrimônio, outra variável a ser levada em conta seria o número de legislaturas de cada parlamentar. Como verificamos em pesquisa anterior, o valor dos patrimônios dos deputados tende a crescer de acordo com o número de legislaturas exercidas. Por isso, para o exame comparativo do *status* dos pastores com o dos evangélicos de outra profissão, estamos nos baseando — com os erros que daí podem advir — no exame das ocupações e profissões exercidas e nos seus níveis de escolaridade.

No conjunto, as profissões e ocupações dos deputados evangélicos (pastores excluídos) indicam que dez deles (em 28) eram empresários. Por outro lado, as profissões liberais que estavam ausentes no grupo dos deputados-pastores chegam a cinco casos, número igual ao dos que tinham ocupações governamentais de nível médio ou elevado. Nesse grupo, aparecem os professores (quatro casos), profissão também ausente no grupo anterior, se excetuarmos o caso do Pastor Takayama, que já comentamos.

Mas o grupo inclui também um deputado que se classificou, no *site* da CD, como agricultor, técnico em contabilidade, comerciante e seringueiro, e que tem um início de carreira tipicamente local por ter sido eleito duas vezes vereador de uma cidade do interior do Acre. Foi classificado pelo Diap de estudante, talvez porque tenha iniciado em 2001 (mas não terminado) o curso de Educação Física na Universidade Federal do Acre.⁴³

⁴³ Trata-se do deputado Zico Bronzeado (João Antônio Rodrigues Bronzeado, PT-AC), que fez na 52 Legislatura sua estreia na CD, mas não na política: foi eleito vereador (1993-1996), em Brasiléia (AC), pelo PDS; voltou a se eleger para a mesma função na legislatura de 1997-2000 pelo PMN. Em 2002, elegeu-se deputado federal pelo PT. Foi membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia entre 1988-1990. (Fonte: CD e Diap, op. cit.)

Quadro 3: Profissões dos evangélicos (pastores excluídos)

52ª Legislatura		
Profissões	N	%
Empresários urbanos	8	28,6
Empresários rurais	1	3,6
Empresários mistos	1	3,6
Total dos empresários	10	35,8
Profissionais liberais tradicionais	5	17,9
Ocupações governamentais	5	17,9
Professores	4	14,3
Comunicadores	4	14,3
Outros profissionais	1	3,6
Empreg. não-manuais em serviços	1	3,6
Técnicos	2	7,1
Trabalhadores rurais/lavradores	1	3,6
Políticos	1	3,6
Total de evangélicos	28	121,4

Obs.: A soma das profissões é superior a 100% porque alguns deputados exerceram mais de uma profissão/ocupação.

O número de casos é pequeno para permitir generalizações, mas o exame das ocupações e profissões dos evangélicos por denominação religiosa dá algumas indicações que possibilitam levantar a hipótese de que os deputados das igrejas protestantes tradicionais vieram de meios familiares mais abonados do que os pentecostais, o que, aliás, é sugerido pelas origens dos fiéis pentecostais. Excluindo-se os pastores, entre os 12 deputados evangélicos que não pertenciam à Iurd e à Assembleia de Deus,⁴⁴ há três empresários, três professores, dois economistas e mais um advogado, um radialista, um técnico em comunicação e um deputado, já mencionado, de difícil identificação profissional, uma vez que entrou na política muito cedo.⁴⁵

Com ou sem a inclusão dos deputados da Iurd e da Assembleia de Deus entre os que não eram pastores, o grupo dos deputados de fé evangélica com outras profissões vem de camadas mais altas do que os que

⁴⁴ Cinco da Igreja Batista, um da Igreja Evangélica Quadrangular, um da Sara Nossa Terra, dois da Igreja Luterana, dois da Igreja Presbiteriana e um da Primeira Igreja Batista.

⁴⁵ Já nos referimos, em nota anterior, a esse caso, do deputado Zico Bronzeado, que se iniciou na vida pública com cerca de 24 anos, quando se elegeu para a Câmara Municipal de Brasiléia, no Acre.

indicaram pastor como profissão. (Como já dissemos, mas convém repetir, não estamos nos referindo à situação *atual* dos dois grupos, mas às origens sociais, porque a permanência na classe política tende a elevar o patrimônio e o *status*.)

Quadro 4: Escolaridade dos evangélicos (pastores excluídos)

52ª Legislatura		
Escolaridade	N	%
Ensino fundamental incompleto	–	–
Ensino fundamental completo	–	–
Ensino médio incompleto	–	–
Ensino médio completo	5	17,9
Superior incompleto	4	14,2
Superior completo	19	67,9
Mestrado	–	–
Doutorado	–	–
Total	28	100

A avaliação dos níveis de escolaridade permite ter um pouco mais de segurança na afirmação precedente sobre as origens sociais dos que eram pastores em cotejo com os que seguiam uma religião evangélica, mas tinham outra atividade profissional.

A comparação da escolaridade entre os dois grupos favorece amplamente os deputados evangélicos que não eram pastores e reforça a hipótese de que vieram de escalões sociais mais elevados. O primeiro dado a chamar a atenção é que todos têm instrução de nível médio completo para cima. Além disso, 67,9% têm curso superior completo contra 50% dos pastores (Tabela 18, página 73). A comparação dessa variável com a do conjunto da CD (52ª Legislatura) — pastores excluídos — mostra que os níveis de escolaridade do grupo dos deputados das denominações protestantes superam os da Câmara no seu conjunto.

Quadro 5: Evangélicos por partido (pastores excluídos)

52ª Legislatura		
Partido	N	%
PFL	6	21,4
PT	4	14,3
PMDB	3	10,7
PTB	3	10,7
PDT	2	7,1
PP	2	7,1
PL	2	7,1
PSB	2	7,1
PST	2	7,1
PSL	1	3,6
PPS	1	3,6
Total de evangélicos	28	100

A mudança na composição ocupacional e nos níveis de escolaridade reflete-se no espectro ideológico, como mostrado no quadro na página seguinte. Lembremos que entre os *pastores* nenhum havia sido eleito pela legenda do PT nas duas legislaturas examinadas. Ademais, a direita era amplamente dominante. Já entre os evangélicos de outras profissões houve certo deslocamento para a esquerda. O PFL continuou como a legenda preferida (seis deputados), mas quatro evangélicos elegeram-se pelo PT. Pela classificação ideológica que estamos usando, a direita continuou dominante, mas esquerda avançou.

Quadro 6: Distribuição ideológica dos evangélicos (pastores excluídos)

52ª Legislatura	
Ideologia	N
Direita	16
Centro	3
Esquerda	9
Total	28
Total de evangélicos	28

Obs.: Direita: PFL, PP, PTB, PST, PSL, Centro: PMDB. Esquerda: PT, PDT, PSB, PPS

O exame da bancada evangélica — um pouco longo, mas necessário para uma melhor visualização da composição da CD — mostrou as

diferenças nas fontes sociais de recrutamento entre, por um lado, os deputados que exercem a profissão de pastor, ministro ou bispo de alguma igreja evangélica (basicamente Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus) e, por outro, os que são apenas fiéis das igrejas evangélicas. Desse modo, a popularização da composição da CD deve-se aos deputados vindos das igrejas pentecostais. A comparação entre os deputados evangélicos que eram pastores e os evangélicos que tinham outras profissões indica que o crescimento ou a diminuição desses últimos tem efeitos reduzidos nos níveis de *status* social da CD.⁴⁶

Essa observação vale mais notadamente para os deputados das denominações protestantes tradicionais, como a Igreja Batista, que claramente é preferida por deputados de classe mais alta. Imaginando uma hipótese absurda e que iria contra as tendências de popularização, se a proporção de deputados da Igreja Batista aumentasse, deveríamos esperar uma elevação do nível de escolaridade da CD. É possível que essa hipótese seja válida também para outras igrejas evangélicas de reduzida presença na CD, como a Igreja Evangélica Quadrangular, a Igreja Presbiteriana, a Primeira Igreja Batista.

Entretanto, o número de casos de parlamentares dessas denominações é muito pequeno para caracterizar socialmente os deputados dessas igrejas. No momento atual, a redução dos espaços das classes altas e dos grupos políticos tradicionais na política brasileira deve-se aos pentecostais, por um lado, e aos sindicalistas, por outro. Mas, antes de chegarmos a esses últimos, cumpre examinarmos outras categorias profissionais e ocupacionais que reforçam o peso das classes médias e populares na classe política brasileira.

“Outros profissionais”

Com esse termo, na falta de melhor, designamos as profissões e ocupações “modernas” que requerem alto nível de escolaridade (geralmente diploma de nível superior) e não fazem parte das profissões liberais mais

⁴⁶ Não estamos nos referindo aos níveis de patrimônio dos pastores, especialmente dos que têm ligações com os meios de comunicação.

antigas: advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos e veterinários, daqui para a frente designadas como “tradicionais”.⁴⁷

Trata-se de um grupo numericamente reduzido, que não quisemos juntar às profissões liberais tradicionais. Esse grupo praticamente não variou entre as duas legislaturas: 18 casos na 51^a e 19 na 52^a, cerca de 3,5 % nas duas CD. Estão nesse grupo, algumas “profissões modernas” de escolaridade elevada: economistas, sociólogos, geólogos, contadores, assistentes sociais e arquitetos. Na comparação entre as duas legislaturas, chama a atenção o aumento do número de economistas (seis para nove casos) e a diminuição dos sociólogos (quatro para um).

A grande maioria dos deputados desse grupo vem das regiões mais desenvolvidas: na 51^a, dez deputados foram eleitos por Estados do Sudeste e dois por Estados do Sul. Por Estados do Nordeste, apenas dois; do Norte, três, e do Centro-Oeste (DF), um. Na 52^a, a predominância dos parlamentares eleitos nos Estados mais desenvolvidos continuou: sete foram eleitos por Estados do Sudeste; seis, por Estados do Sul; cinco, por Estados do Nordeste e um por Estados do Norte. Nenhum pelo Centro-Oeste.

No interior desse grupo, entre uma eleição e outra, aumentou o número dos deputados eleitos pelos partidos de esquerda e diminuiu os de direita, que, na realidade, não eram especialmente procurados por esses profissionais de escolaridade mais elevada. A legenda que mais perdeu foi o PDSB, que caiu de oito para três, enquanto o PT passou de dois para seis. Nesse grupo de profissionais, nas eleições de 1998, o PL e o PFL ainda conseguiram eleger um deputado cada um. Nas eleições de 2002, nenhum dos deputados desse grupo profissional foi eleito por essas legendas.

⁴⁷ Em escritos anteriores já mencionados o grupo que agora denominamos “outros profissionais” foi classificado de “profissões intelectuais”. Com esse termo pretendíamos distinguir um grupo de profissões e ocupações de escolaridade e educação elevadas (economistas, sociólogos, geólogos, por exemplo) que não fazem parte das profissões liberais tradicionais. À distância, entendemos que a escolha do termo “profissões intelectuais” não foi feliz. Apesar de que tivéssemos especificado, na ocasião, as categorias profissionais e ocupacionais incluídas nessa rubrica, o termo “profissões intelectuais” tendeu a fazer com que inevitavelmente se entendessem os integrantes do grupo como “intelectuais”, produtores e divulgadores de ideias, o que não seria o caso da grande maioria dos deputados aí incluídos.

Tabela 20: Profissionais por partido

Direita	51ªLegislatura	52ªLegislatura
PSDB	8	3
PDT	2	1
PMDB	2	2
PT	2	6
PP	1	3
PSB	1	1
PFL	1	–
PL	1	–
PCdoB	–	1
Prona	–	1
PSD	–	1
Total	18	19

Seguindo-se ainda a classificação ideológica, observa-se, nesse grupo, uma variação semelhante à que aconteceu no conjunto da distribuição do número de cadeiras por bloco ideológico no conjunto das duas legislaturas. A esquerda avançou, devido ao espaço cedido pela direita e pelo centro, mais particularmente pelo declínio do centro.

Tabela 21: Profissionais *versus* ideologia

Ideologia	51ªLegislatura	52ªLegislatura
Direita	3	5
Centro	10	5
Esquerda	5	9
Total	18	19

Empregados não manuais em serviços

Esse grupo, com duas exceções, é composto por deputados que foram empregados em estabelecimentos bancários.⁴⁸ Em 1998 foram eleitos

⁴⁸ Estão sendo designados como bancários apenas os deputados que se declararam como tais nos seus perfis biográficos ou que tiveram emprego em estabelecimento bancários e dirigiram sindicatos de bancários. O deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), que foi funcionário dos bancos BMG (1990) e Icatu (1993-1997), antes de obter o primeiro mandato, declarou como profissão “analista financeiro” e não teve atividade sindical. Por isso, não foi incluído

quatro bancários, um registrador de imóvel e um analista financeiro, total de seis casos, incluindo o falecido deputado Nelson Marchezan, apesar de seu perfil bastante atípico de funcionário de banco.⁴⁹

Na eleição de 2002, desse mesmo grupo profissional, foram para a Câmara dez deputados: oito bancários, um analista financeiro e um registrador de imóvel.⁵⁰ Dobrou, portanto, o número de ex-bancários. A expansão veio principalmente do aumento do número de sindicalistas dessa categoria. Na legislatura de 1999-2003, foram eleitos quatro, três dos quais funcionários do Banco do Brasil; na seguinte, sete, dos quais três desse mesmo banco.

O grupo dos empregados de banco não é socialmente homogêneo. De modo um pouco mais específico, e aumentando a probabilidade de errarmos, o grupo dos que se definiram profissionalmente como bancários parece composto, de um lado, por políticos de origem mais popular e, de

entre os bancários, mas ficou mantido no grupo dos empregados não-manuais em serviço. Na verdade, seu perfil partidário destoa do perfil típico do grupo de ex-bancários caracterizado pela filiação ao PT e cargo de direção num sindicato de bancários, além, obviamente, de emprego em estabelecimento bancário.

⁴⁹ Pelos critérios que adotamos, de classificação profissional pela última profissão efetivamente exercida antes do primeiro mandato, o deputado Nelson Marchezan — que se classificou como “advogado e bancário” — iniciou a vida profissional como funcionário do Banco do Brasil em Santa Maria (RS). Por esse critério, integraria o grupo dos bancários. Não conseguimos informação sobre a data em que começou a trabalhar no Banco do Brasil, mas seguramente foi por um período muito curto porque, aos 21 anos, elegeu-se vereador da mesma cidade pelo extinto PDC. A partir daí iniciou uma fulgurante e partidariamente variada carreira política. Elegeu-se deputado estadual (legislatura de 1963-1967) ainda pelo PDC. Voltou à Assembleia Legislativa do RS pela Arena (legislatura 1971-1975). Foi eleito deputado federal várias vezes nas seguintes legislaturas: 1975-1979, pela Arena; 1979-1983, pelo PDS; 1983-1987, também pelo PDS; 1995-1999, pelo PPR, e 1999-2002, pelo PSDB. O diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais foi obtido em 1964, pela Universidade de Santa Maria, depois de ter sido eleito deputado estadual. Seu currículo profissional não indica atividade profissional como advogado, motivo pelo qual não foi incluído no grupo de profissionais liberais. (Fontes: CD, *Dicionário Histórico-Geográfico Brasileiro*; Diap, “Os ‘Cabeças’ do Congresso Nacional, ano VI, 1999.)

⁵⁰ O analista financeiro é o deputado Rodrigo Maia, eleito diretamente para a CD em 1998 e 2002, sempre pela legenda do PFL, o que já comentamos. O registrador de imóveis é o deputado Alex Canziani, do Paraná, que começou sua carreira pública como vereador de Londrina (1989-1992 e 1993-1996), eleito duas vezes pela legenda do PTB. Nas eleições de 1998, foi para a CD também pelo PTB. Em 2002, foi reeleito deputado federal pela legenda do PSDB. Em 2003, voltou para o PTB.

outro, por políticos de *status* mais elevado, formado pelos que tinham emprego no Banco do Brasil. Coincidentemente, foram os que alcançaram posições mais importantes no PT, no sindicalismo, na política nacional e no governo Lula.

Essa diferenciação é sugerida pelo exame das seguintes variáveis: 1) ocupações e atividades profissionais exercidas antes do primeiro mandato; 2) cursos efetuados e instituições de ensino onde foram obtidos os diplomas e 3) os passos seguidos para a entrada na classe política. O estrato mais elevado — os exemplos são da 52ª Legislatura — é composto pelos deputados que foram funcionários do Banco do Brasil. Todos entraram na classe política diretamente para Câmara dos Deputados, eleitos pelo PT. Nenhum registra mudança de legenda. Com exceção do deputado José Pimentel (PT-CE), que declarou como profissão “advogado e bancário”, os demais — Ricardo Berzoini (PT-SP) e Paulo Bernardo (PT-PR) — se classificaram apenas como “bancários”.

Mas — se assim se pode dizer — o deputado Berzoini parece o mais bancário de todos e talvez também o mais sindicalista de todos. Entrou para o Banco do Brasil/SP, com 18 anos; com cerca de 30, era secretário-geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo. A partir daí, ocupou vários outros cargos no sindicalismo bancário, entre os quais o de presidente da Confederação dos Bancários da CUT, até ser eleito para a CD nas eleições de 1998, seu primeiro mandato.

O deputado Paulo Bernardo foi diretor da Federação dos Bancários do Paraná (1987-1990) apenas uma vez, com cerca de 35 anos, tendo sido eleito para a CD em 1990 (primeiro mandato). O deputado José Pimentel (PT-CE) registra como seu primeiro cargo no sindicalismo a participação na diretoria do Sindicato dos Bancários de Fortaleza (1988-1991) com cerca de 35 anos e secretário-geral da CUT do Ceará (1991-1994). Foi eleito deputado federal nas eleições de 1994. Formado em Direito pela Ufpe, é o único desse grupo com curso superior. O deputado Berzoini começou, mas não terminou o curso de Engenharia pela Faculdade de Engenharia Industrial, de São Bernardo do Campo (SP). O deputado Paulo Bernardo,

que teve militância no movimento estudantil, não terminou o curso de Geologia na UnB.⁵¹

Nesses casos, além dos dotes pessoais dos parlamentares, três fatores profissionais e políticos parecem ter facilitado a entrada por cima” na classe política: 1) emprego no BB; 2) cargos de direção no sindicalismo bancário de Estados importantes e na CUT; e 3) postos na alta cúpula do PT; ou seja, uma variável ocupacional (o emprego no Banco do Brasil), uma variável sindical (postos de direção num sindicato de uma categoria importante) e uma variável partidária (a filiação ao PT). É difícil dizer qual dos três fatores teve mais peso para a entrada direta para a CD sem passar pelas etapas inferiores da carreira política. Na realidade, os três fatores são importantes e estão relacionados: o emprego no Banco do Brasil fornece uma ampla base de apoio eleitoral. A atuação sindical “populariza” o candidato, legitima a busca de votos para um companheiro de profissão. A filiação ao PT fornece a legenda, uma ideologia, apoio material e colaboração de uma militância sindical. Obviamente, a esses fatores institucionais é preciso integrar muita habilidade pessoal e ambição política, sem o que ninguém entra e sobe na vida pública.

O grupo dos bancários de origem mais popular teve carreiras profissionais mais variadas. Em seus perfis biográficos, a profissão de bancário é indicada junto com outras características das classes médias baixas: professor do ensino municipal, professor de escola municipal, professor de português de escola técnica, agricultor, comerciário, auxiliar de escritório etc. Mas, ao contrário dos bancários que eram funcionários do BB, todos eles, com uma exceção,⁵² conseguiram terminar um curso de

⁵¹ Berzoini e Paulo Bernardo viriam a ocupar posições importantes no governo Lula. O primeiro foi ministro da Previdência e Assistência Social e, depois, ministro do Trabalho e Emprego. Paulo Bernardo foi ministro do Planejamento, depois de ter sido secretário da Fazenda do Mato Grosso do Sul. O deputado José Pimentel foi membro do Diretório Nacional do PT e secretário de Finanças e Planejamento do PT (fonte: CD).

⁵² Trata-se da deputada Perpétua de Almeida (PCdoB-AC), auxiliar bancária do Banco do Estado do Acre em Cruzeiro do Sul e depois em Rio Branco. Seu currículo registra Letras (incompleto), Ciências Sociais (incompleto) e Pedagogia (incompleto), todos pela Ufac. Única mulher desse grupo, foi eleita pela legenda do PT. A coincidência de datas (por exemplo, Pedagogia, 2000) e a vereança (eleição de 2000, para a legislatura de 2001-2005), mandato que ficou também incompleto em razão da eleição da deputada para a CD de 2002, sugerem a dificuldade de conciliar estudos e a política e/ou o desinteresse pela obtenção de um diploma depois da entrada para a política (fonte: CD).

nível superior, ainda que em áreas menos promissoras profissionalmente e em estabelecimentos de ensino localizados fora do circuito das grandes universidades.⁵³

Com uma exceção — o deputado Orlando Desconsi, cujo primeiro mandato já foi o de deputado federal —, os demais (quatro casos) têm carreiras políticas de início local, como vereador, prefeito ou deputado estadual e ascenderam rapidamente na política.⁵⁴

No grupo dos ex-empregados de estabelecimentos bancários, há apenas um caso de deputado que se elegeu diretamente para a CD sem passar antes pela atuação sindical. Trata-se de Rodrigo Maia (PFL-RJ). Aqui, é provável que a eleição direta para a CD tenha sido facilitada pelo fato de ser filho de Cesar Maia e ter ocupado o cargo de secretário municipal de Governo do Rio de Janeiro entre 1997 e 1998, ano em que concorreu para a CD.

A análise desse grupo mostra mais uma das pequenas mudanças sócio-ocupacionais, agregadas a muitas outras que concorrem para

⁵³ O deputado Orlando Desconsi (PT-RS) completou o curso de Educação Física e Desportos na Faculdade Salesiana Dom Bosco, em Santa Rosa (RS) e depois obteve o diploma em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Unijuí (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul). O deputado João Magno (PT-MG) tem o diploma de Letras obtido na Fafic (Faculdade de Filosofia de Campos), uma unidade do Unifu (Centro Universitário Fluminense), por onde fez uma pós-graduação em Direito Público. O deputado João Grandão (PT-MS) tem o diploma de História pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), campus de Dourados, por onde obteve também o diploma de Direito, pelas Faculdades Integradas de Dourados, e uma especialização em História da América Latina pela mesma UFMS. O deputado Zequinha Marinho (PDT-PA) tem diploma de Pedagogia pela Uepa (Universidade Estadual do Pará). Eleito pelo PDT, transferiu-se em 2005 para o PST. Ex-funcionário do Banco da Amazônia, registra apenas uma curta passagem (1986-1988) como representante da Associação dos Empregados do Basa, muito antes de conseguir o primeiro mandato como deputado estadual na eleição de 1996. Por essa razão, não foi classificado de sindicalista (fonte: CD).

⁵⁴ O deputado João Magno (PT-MG) começou como vice-prefeito de Ipatinga. Na eleição seguinte, foi eleito prefeito (1993-1996) e, em 1998, foi eleito deputado federal. O deputado João Grandão (PT-MS) foi eleito vereador em Dourados (1997-1999) e, em 1998, foi para a Câmara dos Deputados; o deputado Alex Canziani, que não é bancário (eleito pelo PSDB-PR, atualmente no PTB), começou como vereador (1989-1992), pelo PTB; foi duas vezes prefeito interino antes de chegar à CD, em 1998. O deputado Zequinha Marinho (PDT-PA) começou como deputado estadual eleito pela legenda do PDT (dezembro de 2005) e está no PSC (fonte: CD).

“popularizar” a CD e encolher o espaço ocupado pelos setores de classe alta nesse organismo, assim como, provavelmente, nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores do país. Nesse caso, como em outros, a mudança favoreceu mais as classes médias como um todo do que as classes trabalhadoras, embora haja um setor do grupo de bancários que veio de camadas mais populares.

Técnicos em indústria ou serviços

Estão nesse grupo deputados que foram técnicos agrícolas, técnicos de instrumentos musicais, técnicos de laboratório, técnicos químicos, técnicos em eletrônica, técnicos em telecomunicações etc. De modo geral, são profissões de nível médio de escolaridade. Contudo, encontramos na 52ª Legislatura quatro casos de técnicos com curso superior completo (além do curso técnico propriamente dito): um em Direito, um em Pedagogia, um em Administração de Empresa e um em Teologia, cursos efetuados geralmente em instituições que não fazem parte dos centros universitários mais importantes do país.

Trata-se de outro segmento profissional que integra um setor das camadas médias assalariadas. O número de parlamentares desse grupo subiu de oito para 11. Embora seu crescimento tenha sido elevado, cerca de 38%, seu significado no conjunto da CD é minúsculo, porque esse grupo é pouco numeroso (1,6% e 2,1% nas duas legislaturas).

Mas, outra vez, o aumento de três casos vem somar-se (como observamos para os bancários) a outras alterações na composição da CD que levam à expansão dos estratos de classe média assalariada no interior do sistema político brasileiro e à subsequente redução do espaço das classes ricas.

O exame dos perfis biográficos dos técnicos sugere um grupo de classe média em ascensão social, alguns provavelmente vindos um pouco mais de baixo na escala social, das classes trabalhadoras ou médias. A trajetória ascensional inicia-se (ou se acelera) por meio da obtenção de um posto de direção de um sindicato ou associação de classe. O passo seguinte é a eleição para algum cargo de representação política. Na 51ª Legislatura, seis deputados do grupo dos técnicos tinham sido sindicalistas; na

legislatura seguinte, de 11 deputados do mesmo segmento, seis também tinham sido diretores de sindicatos. (Voltaremos a esse ponto quando analisarmos, os deputados que vieram do sindicalismo.)

Operários industriais

Apesar do amplo crescimento da bancada do PT na Câmara e do grande aumento do número de sindicalistas eleitos e reeleitos entre uma legislatura e outra, o número de trabalhadores industriais não só continuou muito reduzido como cresceu muito pouco (menos de 2% do total) e não contribuiu de modo significativo para acentuar a “popularização” da classe política brasileira. Na 51^a, eram sete trabalhadores vindos do setor industrial: seis metalúrgicos e um ferroviário. Na 52^a, foram seis metalúrgicos, um ferroviário e um petroleiro. São trabalhadores qualificados, com escolaridade relativamente elevada. Há apenas um caso de um metalúrgico com curso elementar. Por outro lado, há vários com curso superior incompleto ao lado de muitos outros com curso técnico.⁵⁵

No geral, apesar de se tratar de operários de indústrias, alguns poderiam (ou deveriam) ser classificados de trabalhadores manuais, termo que, na imagem corrente, identifica-se à “classe baixa”, embora não “classe pobre”. Contudo, os níveis de escolaridade e provavelmente os salários permitiriam classificá-los mais apropriadamente num setor das classes médias assalariadas.

⁵⁵ A classificação profissional dos parlamentares, como já explicitamos, foi feita segundo a ocupação/profissão que exerciam antes da obtenção de um primeiro mandato. Alterações posteriores não foram levadas em conta. Assim, o deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) apontou “advogado” como profissão. Mas, para manter o critério classificatório que adotamos, foi incluído entre os metalúrgicos porque, no quesito “Atividades Profissionais e Cargos Públicos”, indicou “mecânico” durante o período 1975-1990, última atividade profissional antes de ser eleito deputado estadual no RS em 1994. Em 1990, terminou o curso de Direito na UPF, RS. Entretanto, ao que tudo indica, não trabalhou como advogado porque foi eleito logo em seguida deputado estadual e depois duas vezes consecutivas deputado federal, sempre pelo PSB. Também não foi dirigente sindical. Por isso, sua trajetória ocupacional afasta-se do perfil típico dos demais integrantes do grupo de operários (fonte: *site* da CD). O Diap, op. cit., o classificou de advogado.

Trabalhadores rurais, lavradores e agricultores⁵⁶

Na legislatura anterior, três (0,6% da CD) dos deputados tinham sido trabalhadores rurais (entre os quais, uma mulher), todos eleitos pela legenda do PT. Nas eleições de 2002, o número passou para cinco (1% da CD), havendo dois casos de reeleição. Dois deputados foram eleitos pelos Estados do Sul (RS e SC) e três pelos Estados do Norte (AC, RO e PA, um em cada Estado).

Não seria necessário salientar que o meio rural não é um locus importante de recrutamento para a classe política apesar do peso que a população e, em menor medida, o eleitorado rural ainda mantêm no país. A pobreza, o analfabetismo e a persistência de padrões de conduta tradicionais provavelmente afastam os agricultores e trabalhadores rurais da política institucionalizada. Desse grupo, com exceção de um parlamentar, os demais não foram além da escolaridade elementar.⁵⁷

Deve-se notar, para relativizar o fenômeno brasileiro, que em toda parte a presença de camponeses e trabalhadores rurais nos legislativos de

⁵⁶ A distinção entre essas categorias não fica muito clara. O deputado Valdir Ganzer (PT-PA) definiu sua profissão como “lavrador”. O deputado Adão Preto (PT-RS) e a deputada Luci Choinacki (PT-SC) definiram-se como “agricultores”; o deputado Anselmo (Anselmo de Jesus Abreu, PT-RO), como “trabalhador rural”. Aparentemente, os que se classificaram como lavradores ou agricultores eram pequenos proprietários rurais. Os demais, possivelmente, eram assalariados rurais ou tinham qualquer outra forma de vínculo empregatício ou de relação de trabalho existente no campo (meeiro, arrendatário etc.). Nas linhas que se seguem, serão denominados “trabalhadores rurais”.

⁵⁷ Do total de casos, o deputado Zico Bronzeado, mencionado anteriormente, é o único que foi além do colegial (começou mas não terminou o curso de Educação Física na Ufac). Seu perfil político, coincidentemente, afasta-se dos demais deputados incluídos no grupo de trabalhadores rurais. Como profissão, além da de agricultor, declarou também a de técnico em contabilidade, a de comerciário e a de seringueiro. Sua passagem pelo movimento sindical foi muito rápida: 1988-1990. Já os demais deputados não registram outra atividade profissional além da de trabalhador rural; tiveram mais tempo de atuação em sindicatos ou movimentos rurais e foram eleitos e reeleitos em vários mandatos sempre pelo PT, ao qual aderiram na década de 1980. A deputada Luci Choinacki, que começou mas não terminou o ginásio, participou também das comunidades eclesiais de base, do MST e do Movimento das Mulheres Agricultoras. Tem, assim, uma base eleitoral mais ampla. O deputado Valdir Ganzer, que foi da direção nacional da CUT, renunciou ao mandato de deputado federal na legislatura 1999-2003 para assumir o cargo de vice-prefeito de Belém (fonte: CD).

outros países (desenvolvidos ou não) é muito baixa, mesmo onde os partidos de esquerda são fortes.

No nosso caso, teoricamente, seria de esperar uma presença maior de trabalhadores rurais na CD e outros órgãos legislativos em razão do crescimento do número de cadeiras ganhas pelo PT e outros partidos de esquerda, para não falar no forte crescimento da mobilização social e política dos trabalhadores rurais nos últimos tempos.

Um dos fatores que podem ter contribuído para a baixa participação de lavradores na CD é a preferência das organizações e associações de trabalhadores rurais pelas formas de atuação e pressão direta, com menor empenho na via eleitoral.

Talvez a ênfase nas táticas de ação direta (basicamente ocupações de terra e certa mobilização urbana para pressionar as autoridades, como ocupações de sedes do Incra e outros edifícios públicos) decorra dos objetivos estratégicos de transformação anticapitalista da sociedade, sob influência do catolicismo de esquerda misturado com alguns elementos das teorias marxista e ideias guevaristas. A opção por formas de pressão e atuação institucionais (“burguesas”) traria para o centro da ação o partido político, com todo o rol de consequências, previsíveis ou suspeitadas pelas lideranças: máquina partidária, funcionários, burocracia, acordos com chefes políticos “burgueses” ou com “reformistas”, conchavos parlamentares, adesão à ordem estabelecida, compromissos, corrupção, aspirações de ascensão social dos eleitos etc.

De todo jeito, houve um aumento, ainda que muito reduzido, do número de deputados vindos da classe baixa rural. Mas isso não significa um aumento dos “pobres” no interior da classe política brasileira. Na realidade, esses deputados já estavam afastados de seu meio social de origem e tinham experimentando uma trajetória de ascensão por intermédio dos sindicatos de trabalhadores rurais (os STRs) e outras associações apoiadas pela ala “progressista” da Igreja Católica e por partidos de esquerda.

Políticos

Por fim, como último grupo na relação das ocupações e profissões da Tabela 4, estão os deputados que foram designados, na falta de melhor

termo, como *políticos*, em itálico para diferenciá-los dos outros. Lembramos novamente que o critério adotado para a classificação profissional tomou como ponto de referência a última atividade ocupacional (ou as últimas, no caso de mais de uma exercida concomitantemente) antes da entrada na classe política definida pela obtenção de um primeiro mandato como titular para uma função pública.

Ocorre que, para um grupo de parlamentares, a classificação profissional não pôde ser feita porque *nenhuma* atividade profissional ou ocupacional havia sido registrada *antes* da entrada na vida pública. Com certo exagero: não se tornaram políticos, nasceram políticos. A solução, na ausência de uma atividade profissional que não fosse definida pelo diploma obtido (advogado, na maioria dos casos), foi denominá-los simplesmente *políticos*.⁵⁸

Havia a alternativa de defini-los como “políticos profissionais”. Essa definição, entretanto, deixaria subentendido que os outros deputados estariam em outra categoria, quer dizer, não seriam também políticos profissionais. Mas, na nossa visão, são também pessoas que deixaram a profissão ou ocupação “civil” para viver da política como a principal ou a única atividade. A diferença desses últimos com relação aos que designamos como *políticos* vem do fato de que entraram na política com mais idade, tendo tido outras experiências ocupacionais e profissionais que são também indicativas de suas origens sociais e de uma dada fonte de recrutamento.⁵⁹

⁵⁸ Em seus perfis biográficos da CD, as profissões apontadas pelos deputados classificados de políticos foram: advogados (6), professor (3), empresário (2), estudante (1), engenheiro civil (1), economista (1). O número das profissões excede o de deputados porque houve mais de uma profissão declarada.

⁵⁹ O termo “político profissional” sempre tem uma conotação pejorativa, no Brasil e em outros países. Habitualmente, os políticos não gostam de ser classificados de políticos profissionais, embora mais ofensivo seria ser chamado de “político amador”. Seguramente, mais agradável seria o termo “representantes do povo”. Nossa definição, contudo, é sociológica. Não envolve nenhuma avaliação negativa, como já dissemos, aliás. Na verdade, entendemos que não existe democracia sem uma classe de profissionais da política, de pessoas que retiram sua subsistência da política. Só na fase da “democracia oligárquica”, os políticos (que eram geralmente da aristocracia e/ou tinham outras fontes de renda) podiam dispensar o recebimento de remuneração para dedicar-se à política em tempo integral. Podiam viver para a política, mas não da política. O jornalista Fernando Rodrigues, em seu livro *Políticos do Brasil* (Publifolha, 2006), aponta um fato curioso. Entre 1.790 políticos

Para chegarmos à composição do grupo de *políticos*, adotamos o critério de aí incluir, com base nos perfis biográficos da CD, todos os deputados que obtiveram algum mandato eletivo sem registrar anteriormente nenhuma outra atividade ocupacional. É possível que alguns tivessem tido algum trabalho profissional não anotado no perfil biográfico. Confiando nos dados dos formulários fornecidos pelos próprios deputados, temos cinco parlamentares na 51ª Legislatura⁶⁰ e 16 na 52ª, entre os quais seis mulheres.⁶¹

Nesse grupo feminino, há quatro casos que se diferenciam tipicamente dos demais, porque são de parentes de políticos importantes que entraram tardiamente na vida política (acima dos 35 anos) e provavelmente foram, de algum modo, beneficiadas pelo prestígio e influência da família. Analisaremos posteriormente esses casos.

O critério que utilizamos para a inclusão de um parlamentar no grupo dos *políticos* tem a vantagem de se basear num indicador que deixa pouca dúvida e contestação, mas põe de lado o número dos que, por outro critério e à luz de sua carreira na política brasileira, poderiam integrar o grupo dos *políticos*, o que faria crescer, e muito, o número de seus integrantes. A

eleitos em 2002, 289 se definiram profissionalmente como “membros do Poder Legislativo”, quer dizer, se declararam como “políticos”, 16,1% do total. O jornalista entende que se trata de um ato de coragem.

⁶⁰ Foram só cinco casos na 51ª Legislatura que foram deixados de lado na análise das características dos *políticos*. Preferimos trabalhar apenas com os da 52ª Legislatura, que são em muito maior número.

⁶¹ É a seguinte a relação de deputados e deputadas, listados por ordem alfabética, com a indicação da idade aproximada que tinham quando obtiveram o primeiro mandato: Ann Pontes (PMDB-PA), eleita deputada federal aos 36 anos; Cezar Schirmer (PMDB-RS), vereador em Santa Maria (RS), aos 19 anos; Clóvis Fecury (PFL-MA), deputado federal aos 33 anos; Fábio Souto (PFL-BA), deputado estadual aos 25; Francisca Trindade (PT-PI), vereadora aos 28; Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), deputado federal aos 22; Jader Barbalho (PMDB-PA), deputado federal aos 30 anos; Junior Betão (PPS-AC), deputado federal aos 26 anos; Kelly Moraes (PTB-RS), deputada federal aos 39; Lindberg Farias Filho (PT-RJ), deputado federal aos 26; Luciano Leitoa (PDT-MA), eleito deputado federal aos 22; Maria do Rosário (PT-RS), vereadora em Porto Alegre aos 27; Neuton Lima (PFL-SP), vereador em Indaiatuba aos 23; Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB), vereador em Campina Grande aos 23; Sandra Rosado (PMDB-RN), vice-prefeita de Mossoró (RN) aos 41; Suely Campos (PFL-RR), aos 49. As legendas são aquelas pelas quais os deputados foram eleitos em 2002. Os partidos em que os deputados estão no momento em que redigimos (maio de 2006) frequentemente são outros.

dificuldade para uma correta localização dos *políticos*, ou seja, dos que nunca tiveram outra atividade fora da vida pública, vem do fato de que a preparação para a política passa frequentemente por um emprego na administração pública como assessor ou chefe de gabinete, como já apontamos nos parágrafos sobre o funcionalismo público. Quer dizer: o emprego público como preparação para a política.

As situações individuais são variadas e amiúde ambíguas. Do ponto de vista formal, os deputados tinham uma atividade profissional antes do primeiro mandato, ou seja, um emprego público que provavelmente se destinava, antes de tudo, a facilitar a militância política e a aquisição de um mandato, como já foi dito.

Vejam alguns exemplos dos tipos de funções que retiramos dos currículos da CD: assessoria parlamentar, assessor especial de governo estadual, chefe de gabinete de câmara municipal, oficial de gabinete de uma secretaria estadual, assistente parlamentar, assistente de gabinete, oficial de gabinete de governador, auxiliar parlamentar etc. Em alguns casos, o tempo de ocupação desses cargos por jovens recém-formados é de curta duração. Termina logo depois de uma disputa vitoriosa para a Câmara Federal.

Dessa forma, seria possível, atropelando o critério que adotamos, incluir esses casos no grupo dos *políticos*. Mas nem sempre é possível detectá-los com segurança. Além disso, há outros casos-limite em que o deputado trabalhou, fora do setor público — por muito pouco tempo, mas trabalhou — antes de passar para a política e nela permanecer por toda a vida, podendo ser considerados exemplos típicos de políticos profissionais.⁶²

Ante a existência dessas dificuldades de localização, na relação dos *políticos* resolvemos nos ater exclusivamente ao critério formal de ausência de outra atividade profissional, qualquer que fosse ela, anterior à primeira eleição vitoriosa. Por isso o grupo dos *políticos* que analisaremos a seguir

⁶² Um exemplo é o do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), já falecido, que foi eleito vereador com 21 anos para a Câmara Municipal de Santa Maria (RS). Depois foi subindo na vida política, elegendo-se duas vezes para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e cinco vezes para a CD por várias legendas (fonte: CD). Por fidelidade ao requisito da ausência de atividade profissional anterior à primeira eleição, Nelson Marchezan não foi incluído no grupo dos políticos porque teve emprego no Banco do Brasil antes de ser vereador.

subestima o número real dos que, *de facto*, desde muito cedo, fizeram da política seu projeto de vida.⁶³

As carreiras dos deputados do grupo dos *políticos* não têm muitos pontos em comum. As discrepâncias decorrem dos trunfos de que dispunham seus integrantes para entrar no jogo político, ou seja, uma variável de natureza sociológica que, quase forçosamente, delimita a escolha das portas de entrada na classe política, fechando algumas e abrindo outras. Note-se, contudo, que quaisquer que tenham sido as portas de entrada, depois da primeira eleição vitoriosa, em todo o grupo, não houve mais retorno “à vida civil”, fato indicativo das vantagens que a profissão política exerce sobre os que nela entram. Toda atividade posterior à aquisição do primeiro mandato esteve sempre relacionada “à ambição política estática ou progressiva”, para usarmos os termos de Schlesinger.

A entrada na vida pública não tem retorno para a vida civil. Uma vez político, sempre político. Essa é a regra. As poucas exceções vêm de motivos alheios à vontade pessoal: cassações de mandato, derrotas eleitorais ou outros motivos pessoais como doença, idade avançada etc. Mas, mesmo quando algum “motivo de força maior”, indesejado e desagradável, força o retorno à vida civil, o tempo de afastamento da classe política é geralmente apenas um interregno em que a volta à arena política é preparado.

⁶³ Há dois exemplos, entre outros, que servem também para mostrar o processo de transmissão de uma herança política e de preparação da nova geração para o exercício do poder: o do então deputado Aécio Neves, na 51 Legislatura, e o deputado Antonio Carlos Magalhães Jr., na 52.

Aécio Neves, formado em Economia (1984) pela PUC, de Belo Horizonte, elegeu-se pela primeira vez em 1986 para a CD, com 26 anos. Em 1983-84, foi secretário particular do Governador Tancredo Neves. Depois da eleição do avô para a Presidência da República, foi secretário particular para Assuntos Especiais da Presidência da República. Em 1985-86, foi Diretor de Loterias da Caixa Econômica Federal antes de se eleger para a Assembleia Nacional Constituinte em 1986. Reelegeu-se quatro vezes deputado federal. Em 2002, elegeu-se governador de Minas Gerais, ocupando um posto que já tinha sido do avô.

O Dep. ACM Jr, de uma família de políticos importantes da Bahia, aos 22 anos entrou na política indo diretamente para CD. Formou-se em Direito em 2001 e teve o cargo de assessor na Secretaria de Educação no Estado da Bahia entre 1999-2002, antes de se eleger. A 52ª Legislatura é sua primeira, e muito provavelmente não será a última experiência na política nacional.

No grupo dos *políticos*, o critério adotado para defini-lo implica quase necessariamente que a entrada na vida política tenda a acontecer com pouca idade. Deixando de lado as quatro deputadas (parentes de chefes políticos que foram para a política mais tardiamente e não foram computadas na tabulação), com uma exceção, praticamente todos entraram na vida pública com menos de trinta anos.⁶⁴ Na CD, essa proporção é de 12%.

É interessante notar que num universo muito menor, de 12 casos em quinhentos, há somente um deputado do grupo dos *políticos* que se elegeu a primeira vez com vinte anos ou menos, número igual ao da CD, um universo com muitos mais casos. Chama a atenção também o número relativamente elevado de mulheres entre os *políticos*: seis em 16, proporção muito mais elevada do que a existente no conjunto da CD: 43, ou seja, 8%. A explicação reside no fato de que no grupo dos *políticos* há quatro deputadas que ascenderam graças ao apoio de familiares, substituindo os maridos algumas vezes. Na CD, das 43 deputadas, ao menos oito eram parentes de chefes políticos, geralmente esposas.

Uma última observação sobre o grupo: o número de parlamentares na categoria de *políticos* é muito pequeno. Desse modo, os números abaixo, referentes a esse grupo, devem ser tomados antes como indicações.

⁶⁴ A exceção é o deputado Cezar Schirmer (PMDB-RS), que se elegeu vereador em Santa Maria (RS), com vinte anos pelo então MDB. Depois disso, elegeu-se cinco vezes deputado estadual e duas vezes deputado federal, sempre pelo PMDB, caso raro na política brasileira.

Tabela 22: Idade do primeiro mandato

52ª Legislatura				
Idade	Políticas	%	CD	%
20 ou menos	1	7,7	1	0,2
21 a 25	6	53,8	20	4,0
26 a 30	4	30,8	39	7,8
31 a 35	1	7,7	88	17,6
36 a 40			109	21,8
41 a 45			98	19,6
46 a 50			71	14,2
51 a 55			44	8,8
Total	12	100	500	100

Obs.: Do total da CD, foram excluídos todos os políticos.

Não houve concentração em alguma legenda como porta de entrada na política. A preferência distribuiu-se por seis partidos: PMDB (3), PT (3), PFL (2), PSDB (2), PSB (1) e PL (1). O PT foi o partido preferido pelas pessoas de classe média ou popular. Além disso, as pessoas de classe mais baixa e as de menor legitimidade social tenderam a escolher os pequenos partidos (ou os partidos mais à esquerda). Os mais ricos, de famílias mais poderosas, com mais trunfos para o jogo político, foram para os partidos maiores.

Diante dessas diferenças, é possível construir dois tipos de recrutamento: um, que serve aos políticos das classes altas, de perfil oligárquico, envolvendo os que vinham de famílias importantes com longa tradição de atuação na vida pública de seus Estados e na própria política nacional. Para esses, a iniciação política começa um pouco mais cedo e já parte de patamares mais elevados, ou seja, pela entrada direta para a CD em quase todos os casos. As carreiras dos deputados Fábio Souto e Henrique Eduardo Alves podem ser tomadas como paradigmas desse tipo, embora Fábio Souto tenha sido eleito primeiro para a Assembleia Legislativa e não para a Câmara dos Deputados, como é mais comum em casos semelhantes.⁶⁵

⁶⁵ O deputado Fábio Souto (PFL-BA) elegeu-se deputado estadual aos 25 anos, logo depois de ter-se formado em Ciências Econômicas, pela Ufba, aos 24. Entrou para o curso de pós-graduação em Gestão Empresarial na FGV de Salvador (2001-2002). No pleito seguinte, de

A outra porta de entrada na vida pública que define um segundo tipo de carreira se abriu para as classes médias e populares em razão das transformações sociais e políticas dos últimos anos que favorecem a popularização do sistema de poder. Sem contar com o apoio de redes de parentesco, de recursos financeiros e com o controle de setores da administração pública, dos meios de comunicação e outros, a entrada na política dos grupos ascendentes necessita de outros tipos de trunfos, geralmente associações populares, sindicatos e também de partidos de esquerda que possuem uma máquina partidária mais forte e uma militância com forte motivação ideológica.

Certamente, não se deve superestimar a máquina dos pequenos partidos de esquerda, especialmente em disputas majoritárias. Esses partidos, inclusive os pequenos, em eleições proporcionais, oferecem o apoio de uma militância gratuita que se concentra em poucos candidatos e acaba por ser um fator importante, especialmente para os que não têm outros trunfos.

No grupo dos *políticos*, há três casos emblemáticos de deputados eleitos em 2002 com o perfil de classe média ou de classe popular que representam esse segundo tipo de carreira. O primeiro é o da deputada Maria do Rosário Nunes (PT-RS), eleita vereadora de Porto Alegre pelo PCdoB com aproximadamente 26 anos. Seu *curriculum vitae* na CD registra “professora” como profissão, mas as datas de atividade profissional — Secretaria Municipal de Educação (1996) e depois Secretaria Estadual de Educação (1998) — são posteriores à primeira eleição para a Câmara Municipal (1993-1996). Em outras palavras: não há registro de atividade profissional *antes* da entrada na política.

Pelas indicações do currículo, para a deputada Maria do Rosário foi importante a instituição partidária (o PCdoB) e também o Sindicato dos

2002, elegeu-se deputado federal. É filho de Paulo Souto, governador da Bahia no período de 1995-1998 e eleito senador em 1998.

O deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) elegeu-se deputado federal para a legislatura de 1971-1975 com cerca de 22 anos. Depois foi reeleito sucessivamente para esse órgão até a presente legislatura. Tal como Fábio Couto, vem de uma tradicional família de políticos. Seu pai, Aloísio Alves, foi eleito deputado federal já em 1946, com 24 anos. Posteriormente, foi eleito duas vezes governador do Estado, além de ter ocupado vários ministérios no governo federal.

Trabalhadores em Educação de Porto Alegre (CPERS-Sindicato). A participação no comando das greves de 1990 (58 dias de duração) e de 1991 (74 dias, segundo o sindicato) provavelmente tornou-a conhecida e ajudou sua eleição para a Câmara de Vereadores no ano seguinte.

O segundo caso é o do deputado Neuton Lima (Rubeneuton Oliveira Lima, PFL-SP), eleito vereador em Indaiatuba (SP) com 23 anos. Formado em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba em 1994, foi fundador e presidente da Associação dos Vereadores Evangélicos do Estado de São Paulo (1990-1997). Provavelmente, a relação com a Igreja Assembleia de Deus foi o trunfo principal para sua eleição aos 23 anos para a Câmara de Vereadores. Nossa hipótese é que, aqui, a Assembleia de Deus possa ter desempenhado papel institucional equivalente ao de um sindicato importante e/ou de um partido de esquerda como base de apoio eleitoral.

O terceiro caso é o da deputada Francisca Trindade (PT-PI), já falecida, eleita para a Câmara Municipal de Teresina aos 28 anos. Concorrendo sempre pelo PT, Francisca Trindade também teve um início de carreira local, elegendo-se vereadora em Teresina por duas vezes. Foi depois deputada estadual e, finalmente, deputada federal na legislatura de 2003-2007, a mais votada da história do Piauí. Apesar de assinalar, tal como a deputada Maria do Rosário, professora como profissão, Francisca Trindade não indicou no perfil biográfico da CD, ou em outros documentos que consultamos, nenhuma atividade no magistério. Formada em Teologia pela Universidade do Piauí, a deputada teve intensa atividade junto a associações de moradores, sendo fundadora da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários do Estado do Piauí.

Esses exemplos revelam a importância de três modalidades de instituições da sociedade civil que, para as classes médias e populares, servem de trampolim para a entrada na política. Nos três exemplos (dois de mulheres) temos carreiras políticas de início local (vereança), ao contrário dos deputados de classe alta com muitos trunfos políticos familiares. O início local significa, por outro lado, a existência de etapas a percorrer que tornam mais árdua a chegada à CD, à diferença do que acontece com os herdeiros de famílias de elevado capital político.

Há ainda, entre os *políticos*, uma “profissão” que não foi mencionada, mas que é um importante trampolim de entrada na vida

pública para camadas das classes médias intelectualizadas. É a de “estudante”, mais exatamente a de “dirigente estudantil”. Trata-se, de fato, de uma atividade preparatória para a vida política que educa os jovens para a grande política, treinando-os na arte da oratória, organização de reuniões, atividade em congressos, conchavos variados, costura de alianças, capacidade de argumentação, afirmação ou dissimulação de intenções, ambição de poder e todas as habilidades que a sobrevivência e a ascensão na política requerem.

Os diretórios estudantis cumprem o mesmo papel dos sindicatos para outros setores das classes assalariadas. Tal como ocorre no sindicalismo, o movimento estudantil só é um trampolim para a passagem ao campo político na hipótese de que suas lideranças consigam ascender à direção de entidades estudantis importantes, de âmbito estadual ou nacional. Nesse sentido, a presidência da UNE é, para as classes médias, o que a presidência da CUT é para os trabalhadores. Depois de um desses cargos, seus presidentes credenciam-se imediatamente para disputar com êxito uma cadeira na Câmara.

Apesar da importância do movimento estudantil, foram apenas três os casos de deputados que declararam “estudante” como profissão.⁶⁶ Ocorre que mesmo os que militaram no movimento estudantil tiveram posteriormente uma ocupação ou profissão e foram definidos profissionalmente por uma delas.

Entre os estudantes, apenas em um caso a militância estudantil foi uma porta de entrada importante para a vida política, o do deputado Lindberg Farias (Luiz Lindberg Farias Filho, PT-RJ). Nascido em João Pessoa (PB) de família tradicional, Lindberg Faria foi presidente da UNE. Seu currículo na CD aponta como profissão “estudante universitário” com curso de Direito (incompleto) na UnB (1996) e de Direito (incompleto) na PUC do Rio (2000). Lindberg elegeu-se diretamente para a CD em 1994 pela legenda do PCdoB. Rompeu com esse partido e entrou para o PSTU (1997-2001). Em 2002, concorrendo pelo PT, elegeu-se novamente deputado federal. Em 2004, competindo para a Prefeitura de Nova Iguaçu por uma coligação que unia PT, PFL, PSB, PSDB e PCdoB, elegeu-se

⁶⁶ Os três estudantes são: Lindberg Faria Filho (PT-RJ), Luciano Leitoa (PDT-MA) e Leonardo Picciani, que indicou também agropecuarista como profissão.

prefeito desse município derrotando o candidato do PMDB apoiado por Anthony Garotinho.⁶⁷

A relação dos *políticos* inclui ainda quatro deputadas cujo perfil de carreira escapa aos padrões anteriores, apesar de não terem atividade profissional prévia à vida política. Todas obtiveram o primeiro mandato com mais de 35 anos. Com a exceção da deputada Sandra Rosado (Sandra Maria da Escóssia Rosado), eleita deputada federal pelo PMDB (RN) e atualmente no PSB, as demais foram eleitas diretamente deputadas federais. Nos quatro casos, as relações familiares, mais especificamente, o prestígio e a força eleitoral de familiares (maridos principalmente) conseguiram a eleição das esposas.

A deputada Sandra Rosado, de uma extensa e tradicional família de importantes políticos de Mossoró, no Rio Grande do Norte, elegeu-se pela primeira vez vice-prefeita de Mossoró (1993-1996), com cerca de 41 anos, quando seu tio, Dix-huit Rosado, se elegeu prefeito da cidade pela terceira vez. Foi depois deputada estadual e deputada federal na legislatura de 2003-2007.⁶⁸

A deputada Suely Campos (Maria Suely Silva Campos), eleita pelo PFL-de Roraima e atualmente no PP, elegeu-se pela primeira vez deputada federal em 2002, com 43 anos. O marido, Neudo Campos, foi governador de Roraima eleito em 1994 e reeleito em 1998. Antes de ser eleita, Suely Campos foi secretária de Estado do Bem-Estar Social (1977-2002), época em que seu marido era governador de Roraima. (Em fins de novembro de 2003, acusado de desvio de dinheiro da folha de pagamento dos funcionários, o ex-governador foi preso.)

O terceiro caso é o da deputada Kelly Moraes (Neiva Teresinha Marques, PTB-RS), eleita diretamente para a CD em 2002, com 39 anos.

⁶⁷ O outro deputado que se definiu profissionalmente como estudante, Luciano Leitoa (Luciano Ferreira de Souza), atualmente no PSB, mas eleito pela legenda do PDT (MA) com 22 anos, não indica em seu currículo atividade no movimento estudantil. Provavelmente seu principal trunfo eleitoral foram as relações familiares, porque adotou o nome político do pai, Chico Leitoa (Francisco Rodrigues de Souza), que foi prefeito de Timon (MA).

⁶⁸ Na realidade, o currículo da deputada indica uma atividade funcional anterior à eleição para vice-prefeita, a de secretária municipal de Mossoró (1983-1986). Mas estamos considerando a função de secretários municipais ou estaduais como cargos políticos e não como atividades profissionais regulares.

Na época, o marido, que havia sido deputado estadual e depois prefeito de Santa Cruz do Sul, teve o mandato cassado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Por fim, nesse grupo de mulheres, há a deputada Ann Pontes (Ann Clélia de Barros Pontes, PMDB-PA), eleita aos 36 anos, como nos outros casos, diretamente para a CD e sem experiência política prévia e também pouca experiência administrativa a não ser cargos nas secretarias de governo na gestão do marido, ex-prefeito de Tucuri (PA) e coordenador regional da Funasa (Fundação Nacional da Saúde).

O caso dessas deputadas retrata uma porta de entrada na política “pelo alto”, cujo êxito dependeu do apoio de parentes, principalmente dos maridos. Não por acaso, todos os exemplos são de mulheres que entraram tardiamente na vida pública, em alguns casos substituindo os maridos, impedidos de concorrer.

Excluindo esses quatro casos do restante do grupo de *políticos*, o exame do conjunto revela uma situação mais complexa em termos de seus efeitos sobre a composição da classe política. As carreiras e vias de ascensão dos *políticos* mostram, por um lado, elementos de persistência nas fontes de recrutamento para o sistema político brasileiro. A persistência vem da reprodução de um tipo de profissional da política originário de clãs políticos tradicionais que se adaptaram às novas condições criadas pela massificação do sistema eleitoral. Por outro lado, mostram elementos de mudança decorrentes do surgimento, no interior das classes médias assalariadas de escolaridade elevada, de novos atores políticos que, embora se transformem também em profissionais da política, reduzem os espaços antes ocupados pelas classes altas no interior no sistema de poder.